Diário Oficial

ESTADO DA PARAÍBA PODER EXECUTIVO

Nº 12.632

João Pessoa - Sábado, 15 de Maio de 2004.

Preço: R\$ 2,00

Atos do Poder Executivo

Decreto nº 25.035 de 13 de maio de 2004

TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSIGNADAS NO VIGENTE ORÇAMENTO DE ACORDO COM A LEI Nº 7.545/2004.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 6º, inciso I, da Lei nº 7.519, de 09 de janeiro de 2004, combinado com o artigo 1º, inciso I, da Lei nº 7.545, de 29 de abril de 2004.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam transferidos os saldos de dotações orçamentárias, apurados em 10 de maio de 2004, no valor global de **R\$ 50.882.980,00** (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, novecentos e oitenta reais), de obrigações patronais, consignados nos orçamentos das Secretarias da Saúde, da Segurança Pública, das Finanças e do Sistema Previdenciário da Paraíba.

DE:
19.000- SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
19.203- SISTEMA DE PREVIDÊNCIA DA PARAÍBA

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
09.272.0000-7037- CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3190.13	01	35.956.980,00
TOTAL DO ÓRGÃO			35.956.980,00

20.000- SECRETARIA DAS FINANÇAS
20.101- GABINETE DO SECRETÁRIO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
04.122.5046-4217- ENCARGOS COM PESSOAL ATIVO	3190.13	01	6.000.000,00
TOTAL DO ÓRGÃO			6.000.000,00

25.000- SECRETARIA DA SAÚDE
25.101- GABINETE DO SECRETÁRIO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
10.122.5046-4217- ENCARGOS COM PESSOAL ATIVO	3190.13	01	6.016.000,00
TOTAL DO ÓRGÃO			6.016.000,00

26.000- SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
26.101- GABINETE DO SECRETÁRIO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
06.122.5046-4217- ENCARGOS COM PESSOAL ATIVO	3190.13	00	2.910.000,00
TOTAL DO ÓRGÃO			2.910.000,00

TOTAL GERAL 50.882.980,00

PARA:

30.000- ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
30.101- RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
04.122.5046-4217- ENCARGOS COM PESSOAL ATIVO	3190.13	01	6.000.000,00
06.122.5046-4217- ENCARGOS COM PESSOAL ATIVO	3190.13	00	2.910.000,00
09.272.0000-7037- CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3190.13	01	35.956.980,00
10.122.5046-4217- ENCARGOS COM PESSOAL ATIVO	3190.13	01	6.016.000,00
TOTAL			50.882.980,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 13 de maio de 2004; 116º da Proclamação da República

CASSIO CUNHA LIMA
Governador

FERNANDO RODRIGUES CATÃO
Secretário de Planejamento

Luzemar da Costa Martins
Secretário das Finanças

MISAEEL ELIAS DE MORAIS
Secretário

José João de Araújo Moraes
Secretário da Saúde

NOALDO ALVES SILVA
Secretário da Segurança Pública

Decreto nº 25.036 de 13 de maio de 2004

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, EM FAVOR DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA DA PARAÍBA, AUTORIZADO PELA LEI Nº 7.545, DE 29 DE ABRIL DE 2004.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 6º, inciso I, da Lei nº 7.519, de 09 de janeiro de 2004, combinado com o artigo 1º, inciso I, da Lei nº 7.545, de 29 de abril de 2004, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAN/415/2004,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de **R\$ 3.500.000,00** (três milhões e quinhentos mil reais), para reforço de dotações orçamentárias na forma abaixo discriminadas:

19.000- SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
19.203- SISTEMA DE PREVIDÊNCIA DA PARAÍBA

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
09.122.5046-4194- CONSERVAÇÃO, REFORMA E ADAP-TAÇÃO DE IMÓVEIS	3390.30	00	20.000,00
	3390.36	00	20.000,00
	3390.39	00	300.000,00
	4490.52	00	50.000,00
09.122.5046-4195- ENCARGOS COM ÁGUA, ENERGIA E TELEFONE	3390.39	00	35.000,00
09.122.5046-4203- SEGUROS E TAXAS DE IMÓVEIS	3390.47	00	3.000,00

19.203- SISTEMA DE PREVIDÊNCIA DA PARAÍBA

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
09.122.5046-4209- REPAROS E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	3390.36	00	3.000,00
	3390.39	00	5.000,00
09.122.5046-4210- LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	3390.39	00	50.000,00
09.122.5046-4211- SEGUROS E TAXAS DE VEÍCULOS	3390.39	00	2.000,00
09.122.5046-4212- AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS	3390.30	00	2.000,00
09.122.5046-4213- AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	4490.52	00	15.000,00
09.122.5046-4216- MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3390.14	00	60.000,00
	3390.30	00	100.000,00
	3390.33	00	40.000,00
	3390.36	00	40.000,00
	3390.37	00	80.000,00
	3390.39	00	255.000,00
	3390.93	00	10.000,00
09.122.5046-4217- ENCARGOS COM PESSOAL ATIVO	4490.52	00	50.000,00
	3190.09	00	10.000,00
	3190.11	00	650.000,00
	3190.13	00	90.000,00
3190.16	00	80.000,00	
09.122.5046-4218- FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	3390.47	00	10.000,00
	3390.39	00	20.000,00
	3390.39	00	15.000,00
	3390.39	00	15.000,00
09.126.5046-4219- SERVIÇOS DE INFORMATIZAÇÃO	3390.14	00	20.000,00
	3390.30	00	50.000,00
	3390.36	00	20.000,00
	3390.39	00	200.000,00
4490.52	00	250.000,00	
09.128.5043-4304- REALIZAÇÃO DE CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	3390.30	00	15.000,00
	3390.36	00	40.000,00
	3390.39	00	60.000,00

19.203- SISTEMA DE PREVIDÊNCIA DA PARAÍBA

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
09.272.5043-1366- IMPLANTAÇÃO DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DA PARAÍBA	3390.14	00	10.000,00
	3390.30	00	20.000,00
	3390.36	00	25.000,00
	3390.39	00	30.000,00
09.272.5043-1427- IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTE-GRADO DE INFORMÁTICA	3390.39	00	500.000,00
09.272.5043-2808- ATUALIZAÇÃO DE DADOS DE ESTU-DO (S) ATUARIAIS	3390.39	00	100.000,00
09.272.5043-2812- CAPACITAÇÃO PESSOAL	3390.14	00	25.000,00
	3390.30	00	20.000,00
	3390.36	00	10.000,00
3390.39	00	70.000,00	
28.846.0000.7001- EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	3390.91	00	20.000,00
TOTAL			3.500.000,00

Art. 2º - As despesas com o crédito especial aberto pelo artigo anterior correrão por conta de anulação de dotações orçamentárias, conforme discriminação a seguir:

19.000- SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
19.201- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DA PARAÍBA

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
09.272.5043-1366- IMPLANTAÇÃO DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DA PARAÍBA	3390.14	00	45.000,00
	3390.30	00	315.000,00
	3390.36	00	90.000,00
	3390.39	00	1.800.000,00
09.272.5043-1427- IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTE-GRADO DE INFORMÁTICA	3390.39	00	1.025.000,00
09.272.5043-2808- ATUALIZAÇÃO DE DADOS DE ESTU-DO (S) ATUARIAIS	3390.39	00	225.000,00
TOTAL			3.500.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 13 de maio de 2004; 116º da Proclamação da República

CASSIO CUNHA LIMA
Governador

FERNANDO RODRIGUES CATÃO
Secretário de Planejamento

Luzemar da Costa Martins
Secretário das Finanças

MISAEEL ELIAS DE MORAIS
Secretário

Decreto nº 25.037 de 13 de maio de 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 6º, inciso I, da Lei nº 7.519, de 09 de janeiro de 2004, combinado com o artigo 1º, inciso III, da Lei nº 7.545, de 29 de abril de 2004, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAN/397/2004,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de **R\$ 950.000,00** (novecentos e cinquenta mil reais), para reforço de dotações orçamentárias na forma abaixo discriminadas:

34.000- SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA
34.101- GABINETE DO SECRETÁRIO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
04.121.5066-4069- SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO DO SETOR DE INFRA-ESTRUTURA	3390.14	00	120.000,00
	3390.30	00	150.000,00
	3390.33	00	80.000,00
	3390.35	00	50.000,00
	3390.36	00	100.000,00
	3390.39	00	200.000,00
	3390.46	00	60.000,00
	3390.47	00	40.000,00
	4490.52	00	150.000,00
TOTAL			950.000,00

Art. 2º - As despesas com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrão por de anulação de dotações orçamentárias, conforme discriminação a seguir:

34.000- SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA
34.102- COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DA PARAÍBA

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
15.244.5177-1476- ABASTECIMENTO D'ÁGUA ATRAVÉS DE CARRO-PIPA	3390.36	00	350.000,00
	3390.39	00	600.000,00
TOTAL			950.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GOVERNO DO ESTADO
Governador Cássio Cunha Lima

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A UNIÃO Superintendência de Imprensa e Editora
BR 101 - Km 03 - Distrito Industrial - João Pessoa-PB - CEP 58082-010

JOSÉ ITAMAR DA ROCHA CÂNDIDO
SUPERINTENDENTE

GEOVALDO CARVALHO
DIRETOR TÉCNICO

FRED KENNEDY DE A. MENEZES
DIRETOR DE OPERAÇÕES

Diário Oficial

Editor: Walter de Souza

Fones: 218-6521/218-6524/218-6533 - E-mail: diariioficial@aunião.com.br

Assinatura: (83) 218-6518

Anual R\$ 400,00
Semestral R\$ 200,00
Número Atrasado R\$ 3,00

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 13 de maio de 2004; 116º da Proclamação da República

CASSIO CUNHA LIMA
Governador

FERNANDO RODRIGUES CATÃO
Secretário de Planejamento

Luzemar da Costa Martins
Secretário das Finanças

HYPOLITO GOMES MILHÃO
Secretário da Infra-Estrutura

Decreto nº 25.038 de 13 de maio de 2004

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, EM FAVOR DOS ENCARGOS GERAIS DO ESTADO - RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, AUTORIZADO PELA LEI Nº 7.545, DE 29 DE ABRIL DE 2004.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 6º, inciso I, da Lei nº 7.519, de 09 de janeiro de 2004, combinado com o artigo 1º, inciso V, da Lei nº 7.545, de 29 de abril de 2004,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de **R\$ 1.000.000,00** (um milhão de reais), para reforço de dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:

30.000- ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
30.101- RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
28.846.0000-7015- DESAPROPRIAÇÃO E INDENIZAÇÕES DE IMÓVEIS	4590.61	00	1.000.000,00
TOTAL			1.000.000,00

Art. 2º - A despesa com o crédito especial aberto pelo artigo anterior correrá por conta de anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação a seguir:

30.000- ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
30.101- RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
04.122.5046-4216- MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	4490.52	00	1.000.000,00
TOTAL			1.000.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 13 de maio de 2004; 116º da Proclamação da República

CASSIO CUNHA LIMA
Governador

FERNANDO RODRIGUES CATÃO
Secretário de Planejamento

Luzemar da Costa Martins
Secretário das Finanças

MISAEEL ELIAS DE MORAIS
Secretário

Decreto nº 25.039 de 13 de maio de 2004

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 6º, inciso I, da Lei nº 7.519, de 09 de janeiro de 2004, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAN/252/2004,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de **R\$ 200.000,00** (duzentos mil reais), para reforço de dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:

30.000- ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
30.101- RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
28.846.0000-7004- AUXÍLIO FUNERAL	3390.08	00	200.000,00
TOTAL			200.000,00

Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrá por conta do excesso da receita do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 13 de maio de 2004; 116º da Proclamação da República

CASSIO CUNHA LIMA
Governador

FERNANDO RODRIGUES CATÃO
Secretário de Planejamento

Luzemar da Costa Martins
Secretário das Finanças

MISAEEL ELIAS DE MORAIS
Secretário

DECRETO Nº 25.040, DE 14 DE MAIO DE 2004.

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, 178 lotes de terrenos do Loteamento "Boa Vista", no Município de Santa Rita, e adota outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado, e combinado com o artigo 5º, alínea "e", e artigo 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, 178 (cento e setenta e oito) lotes de terrenos, com área total de 29.669, 37 m², constituindo as Quadras 11,13, 13-A, 14 e 15, com 32 (trinta e dois) lotes cada uma, e a Quadra 12, com 18 (dezoito) lotes, parte integrante do Loteamento "Boa Vista", no Município de Santa Rita, neste Estado, aprovado pela Prefeitura Municipal e Registrado no Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Santa Rita, às fls 23, do livro 2-BF, nº 03, matrícula 10.597 e 23/0498.

Art. 2º – Os lotes descritos no artigo anterior pertencem a SANCCOL – SANEAMENTO CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA. e destinam-se à construção de unidades habitacionais para atendimento aos necessitados, implementadas por intermédio de Programas de Moradia do Governo do Estado.

Art. 3º – Fica a Companhia Estadual Habitação Popular – CEHAP autorizada a adotar as providências necessárias à desapropriação amigável ou judicial dos imóveis, ora declarados de utilidade pública.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, João Pessoa, 14 de maio de 2004; 116º da Proclamação da República.

CASSIO CUNHA LIMA
Governador

(AG-0467/ 2004)

João Pessoa, 14 de maio de 2004

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso I, da Constituição do Estado,

R E S O L V E exonerar, a pedido, de acordo com artigo 33, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, **FERNANDO RODRIGUES CATÃO**, do cargo em comissão de Secretário da Secretaria do Planejamento, Símbolo SE-1.

CASSIO CUNHA LIMA
Governador

(AG -0468/ 2004)

João Pessoa, 14 de maio de 2004.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso II, da Constituição do Estado, combinado com o art. 36, § 1º, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,

R E S O L V E designar **LUZEMAR DA COSTA MARTINS**, Secretário das Finanças, para responder, cumulativamente, pelo cargo em comissão de Secretário da Secretaria do Planejamento, Símbolo SE-1, até ulterior deliberação.

CASSIO CUNHA LIMA
Governador

(AG-0469/ 2004)

João Pessoa, 14 de maio de 2004.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XII, da Constituição do Estado,

R E S O L V E nomear **FERNANDO RODRIGUES CATÃO**, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, nos termos da indicação objeto do Decreto Legislativo nº 206/2004, publicado no Diário Oficial de 07 de maio de 2004.

CASSIO CUNHA LIMA
Governador

(AG-0470/ 2004)

João Pessoa, 14 de maio de 2004

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso II, da Constituição do Estado e de acordo com os artigos 2º e 3º do Decreto 11.938, de 19 de maio de 1987,

R E S O L V E dispensar **ROSANGELA SILVINO DA SILVA**, matrícula nº 154.101-3, da função de Assessor Especial, Símbolo DAS-3, da Secretaria da Administração.

CASSIO CUNHA LIMA
Governador

Gabinete da Vice-Governadora

PORTARIA Nº 002/04

João Pessoa, 1404 de maio de 2004.

A VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 27 do Regimento da I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, publicado no D.O. de 14 de maio de 2004,

RESOLVE aprovar o Regulamento da I Conferência de Políticas para as Mulheres, dispondo sobre sua organização e seu funcionamento.

MÁRIA LAUREMÍLIA ASSIS DE LUCENA
Vice-Governadora

I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres da Paraíba

Regulamento

Capítulo I DA FINALIDADE

Art. 1º – A I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres da Paraíba, convocada pelo Decreto nº 24.974, de 26 de março de 2004, constitui um fórum aberto a todos os segmentos da Sociedade Civil Organizada e terá por objetivo propor diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, a ser apresentado ao Presidente da República.

Capítulo II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º – A I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres será coordenada pela Vice-Governadora do Estado da Paraíba, e, na sua ausência ou impedimento eventual, será designada uma representação governamental indicada pela Vice-Governadora.

Parágrafo único – O período de inscrições para a I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres será de 05/05/2004 à 21/05/2004, pelos seguintes meios: site (www.vicegovernadoria.pb.gov.br/index.shtml), telefone/fax (218-4133/218-4130/218-4136) ou pessoalmente (Palácio dos Despachos, sito à Av. João da Mata, s/n, Centro Administrativo – Jaguaribe – João Pessoa-PB – 58.019-000).

Art. 3º – O desenvolvimento da I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres estará a cargo da Comissão Organizadora designada na forma de Portaria pela Vice-Governadora do Estado da Paraíba.

Capítulo III DA PROGRAMAÇÃO

Art. 4º – A I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres da Paraíba, se desenvolverá por meio de Abertura Solene, Conferência, Mesas de Exposição e Temáticas, seguidos de Debates com a Plenária dos eixos temáticos. O trabalho de grupo aprofundará a discussão e formulará as propostas a serem apresentadas na Plenária Final, através de relatório.

As atividades se desenvolverão nos turnos da manhã e tarde, observada a seguinte distribuição de horário:

ORDEM	ATIVIDADE	DATA	HORÁRIO	C.H-TOTAL
01	Credenciamento e Inscrições novas	27/05/2004	08:30 às 17:30	-----
02	Mesa 1 Aprovação do Regulamento	27/05/2004	10:00 às 12:00	2 horas
03	Mesa 2 Abertura Solene - Conferência de Abertura	27/05/2004	14:00 às 18:00	4 horas
04	Mesa 3 – Pannel 1 DEBATE/PLENÁRIA Grupos Temáticos	28/05/2004	Mínimo de 4 horas	4 horas
05	PLENÁRIA para Aprovação do Relatório Final	28/05/2004	Mínimo de 2 horas	2 horas
06	Eleição/Posse da delegação Encerramento	28/05/2004	Mínimo de 3 horas	3 horas
TOTAL/HORAS				15 horas

Capítulo IV DA PARTICIPAÇÃO

Art. 5º – São participantes da I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, de acordo com o Regimento aprovado pela Comissão Organizadora:

I – Participantes com direito a voz e a voto:

- Participantes representando o movimento de mulheres e feminista;
- Participantes representando os movimentos sociais;
- Participantes representando Governos Municipais;
- Participantes representando o Governo Estadual

II – Convidadas (os) com direito à voz

Art. 6º – Não será permitida a duplicidade de representação como participante em nenhuma hipótese.

Capítulo V DO TEMÁRIO

Art. 7º – A I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres abordará:

- O Temário Central
- Eixos temáticos
- Trabalhos de Grupos

Seção I DO TEMÁRIO CENTRAL

Art. 8º – A I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres da Paraíba terá como Tema Central: **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: UM DESAFIO PARA A IGUALDADE NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**, que será apresentado em uma conferência de abertura seguida de debate.

Art. 9º – A abordagem de cada tema que compõe o Temário Central será realizada mediante exposição a cargo de expositora, seguida de debates e posterior discussão em grupos formados pelas participantes e convidadas (os).

Art. 10 – Será facultada a qualquer participante manifestar-se verbalmente ou por escrito, durante o período dos debates, mediante perguntas ou observações pertinentes ao tema.

Parágrafo único – O tempo máximo para cada intervenção a que se refere este artigo será de 03 (três) minutos, improrrogáveis.

Art. 11 – As mesas de trabalho serão dirigidas por coordenadoras indicadas pela Comissão Organizadora. A Solenidade de Abertura será presidida pela Vice-governadora do Estado da Paraíba, e, na sua ausência ou impedimento eventual, será designada uma representação governamental indicada pela Vice-Governadora.

Art. 12 – As exposições e os debates serão registrados em fita magnética para posterior tratamento, com vistas à sua divulgação nos anais da I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres da Paraíba.

Parágrafo único – A totalidade de registro oficial da memória da I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres da Paraíba será realizado pelo Governo do Estado, ficando sob a responsabilidade temporária da Vice-Governadoria, até a reestruturação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, que passará a administrar o referido acervo oficialmente.

Art. 13 – Cada grupo de trabalho escolherá sua coordenadora com as funções de conduzir as discussões, controlar o tempo e estimular a participação das (os) participantes e uma relatora que registrará as propostas do grupo.

Art. 14 – Cada grupo de trabalho contará com uma facilitadora designada pela comissão especial temática e relatoria da Comissão Organizadora.

Parágrafo único – Participarão dos grupos de discussão todas (os) participantes inscritos nesta Conferência.

Capítulo VI SESSÃO PLENÁRIA FINAL

Art. 15 – A Plenária Final da I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres da Paraíba terá como objetivo debater e aprovar o Relatório Final, as moções, manifestações apresentadas e eleger as Delegadas para a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

§ 1º – A Mesa Coordenadora da Plenária Final da **I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres da Paraíba** será Coordenada por 01 (uma) Coordenadora e 01 (uma) Secretária, indicadas pela Comissão Organizadora, obedecendo aos seguintes critérios e atribuições:

- a) Ter inserção na questão de gênero;
b) Não ser pré-candidata à delegada da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres;

- c) Conduzir a escolha das delegadas (os) de forma imparcial;
d) Conduzir o processo de escolha de forma democrática.

§ 2º – À relatora, caberá a tarefa de fazer o registro, em Ata, do processo de escolha das delegadas (os) para a **I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**.

Art. 16 – Participarão da Plenária Final:

- a) Participantes com direito a voz e a voto;
b) Convidadas (os), nesse momento, não terão direito a voz e a voto.

Parágrafo único – No sentido de facilitar o encaminhamento dos trabalhos, a Comissão Organizadora designará localizações específicas para as (os) participantes e para os demais membros.

Art. 17 – A Pauta da Plenária Final da **I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres** constará dos seguintes pontos:

- a) Apreciação e aprovação do Relatório Final;
b) Apreciação e aprovação das Moções;
c) Eleição e Posse das Delegadas para a 1ª CNPM.

Art. 18 – A apreciação do Relatório Final será encaminhada, na forma que se segue:

- a) Proceder-se-á, com antecedência, à distribuição de cópias do Relatório Final;
b) Assegurar-se-á às (aos) participantes o direito de solicitar o exame em destaque de qualquer item da proposta do Relatório Final;

c) As solicitações de destaque deverão ser encaminhadas por escrito até o final da leitura da proposta de Relatório Final pela Mesa, constituindo-se em proposta de redação alternativa em relação ao ponto destacado;

d) As solicitações de destaques serão submetidas à deliberação da Plenária, que decidirá inicialmente sobre sua pertinência;

e) Identificando o conjunto dos pontos de destaque, proceder-se-á à votação do Relatório, ressalvados esses pontos;

f) Após a apreciação do relatório, serão chamadas, uma a uma, a apresentações de destaque;

g) As (os) proponentes (es) de destaques terão 03 (três) minutos, improrrogáveis, para a defesa do seu ponto de vista;

h) A Coordenadora da Mesa concederá a palavra a seguir, por igual tempo, à (ao) participante que se apresente para defender posição contrária à da (o) proponente (propositor) do destaque e não será permitida, em qualquer hipótese, réplica. Será colocado, então, em votação, o destaque apresentado;

i) A aprovação das propostas será por maioria simples das (os) participantes presentes;

j) Só será permitido a participantes o ato de votação mediante a apresentação do crachá.

k) Serão confeccionados crachás em cores diferenciadas, para identificar as (os) participantes do Movimento Social, Governos Municipais e convidadas (os).

Art. 19 – As Moções apresentadas exclusivamente por participantes deverão ser encaminhadas à Secretaria da **I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres** até às 09 horas do dia 28 de maio de 2004, redigidas em uma lauda, no máximo.

§ 1º – Cada Moção deverá ser assinada, no mínimo, por 25 (vinte e cinco) participantes.

§ 2º – A Relatoria organizará as Moções recebidas, classificando-as e agrupando-as por área temática, dando ciência às (aos) proponentes (es), para que organizem a apresentação na Plenária, facilitando o andamento dos trabalhos.

§ 3º – Encerrada a fase de apreciação do Relatório Final da Conferência, a Coordenadora da Mesa convocará as (os) proponentes (es) das Moções por área temática, que deverão proceder à simples leitura do texto, garantindo a cada uma (um) o tempo de 03 (três) minutos no máximo, para a defesa da Moção.

§ 4º – Será concedido o mesmo tempo para a defesa de ponto de vista contrário ao da expositora (o) da Moção.

Art. 20 – A aprovação das Moções será por maioria simples das (os) participantes presentes.

Art. 21 – Após a aprovação do Relatório Final, será o momento de escolher a delegação que representará o Estado da Paraíba na **I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**.

Capítulo VII DA ESCOLHA DAS DELEGADAS PARA A I CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Art. 22 – De acordo com o Regimento da **I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**, a delegação que representará a Paraíba será de 44 delegadas, observando-se o critério populacional, sendo assim distribuída:

- a) 26 (vinte e seis) representantes do Movimento Social;
b) 13 (treze) representantes dos Governos Municipais;
c) 05 (cinco) representantes indicadas pelo Governo do Estado.

Art. 23 – A escolha das delegadas para a **I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres** se desenvolverá em duas Plenárias separadas e em horário simultâneo, sendo:

I – Plenária de representantes do Movimento de Mulheres e outros segmentos da Sociedade Civil Organizada.

II – Para escolha das delegadas representantes do Movimento Social, será garantida a seguinte representatividade:

- a) Movimento de Mulheres e Feminista;
b) Raça e etnia;
c) Mulheres Portadoras de Necessidades Especiais;
d) Trabalhadoras Urbanas e Rurais;
e) Movimentos Populares;
f) Regionalidade.

Art. 24 – O critério para votação das delegadas para a **I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres** será por aclamação da maioria das (os) participantes das respectivas plenárias.

§ 1º – No momento da escolha das delegadas e suplentes, nas suas respectivas plenárias, a Comissão Organizadora disponibilizará para a Coordenação da Mesa listas para verificação da participação das (os) pré-candidatas (os) durante o processo de Conferência.

§ 2º – A lista de frequência deverá ser assinada por todas (os) as (os) participantes, ficando a mesma sob a responsabilidade do grupo de apoio, que fará a divulgação da mesma, na abertura de cada mesa da **I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres**.

Art. 25 – As despesas com a viagem para a participação da Delegação eleita correrão por conta do Tesouro do Estado, podendo haver parceria com Governos Municipais e outras Instituições Governamentais.

Capítulo VIII DISPOSIÇÕES GERAIS E COMUNS

Art. 26 – Assegurar-se-á às (aos) participantes da Plenária Final o questionamento à Mesa, para **“QUESTÃO DE ORDEM”**, sempre que este Regulamento não esteja sendo cumprido pela coordenação da Mesa.

Art. 27 – Durante o período de votação, serão vedados os levantamentos de **“QUESTÃO DE ORDEM”**.

Art. 28 – Serão conferidos Certificados às (aos) participantes e convidadas (os), expositores de temas e debatedores, especificando a condição de sua participação na **I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres**.

Art. 29 – Os casos omissos serão resolvidos pela Plenária de participantes. João Pessoa, 11 de maio de 2004.

Maria Lauremília A. de Lucena
MARIA LAUREMÍLIA ASSIS DE LUCENA
Presidente

PORTARIA Nº 003/04

João Pessoa, 14 de maio de 2004.

A **VICE-GOVERNADORA DO ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 3º do Decreto 24.974, de 26 de março de 2004, considerando seu afastamento do cargo por motivo de viagem ao exterior,

RESOLVE indicar **MARIA ROBERTA DE MELO MEIRA**, membro da Comissão Organizadora, para presidir a **I Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres**, no período de 16 a 28 de maio de 2004.

Maria Lauremília A. de Lucena
MARIA LAUREMÍLIA ASSIS DE LUCENA
Vice-Governadora

Secretarias de Estado

Gabinete Civil do Governador

Portaria nº 008

João Pessoa, 13 de maio de 2004.

O **SECRETÁRIO ADJUNTO DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR**, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria nº 09/2003, do Gabinete Civil do Governador, publicada no D.O.E. de 11.03.2003, combinado com os artigos 131 e 137, da Lei Complementar nº 58, de 30.12.03,

RESOLVE instaurar sindicância administrativa para apurar os fatos narrados no Ofício DT/Nº 097/004, de 22.04.04, do Chefe da Divisão de Transportes, ficando a apuração a cargo da comissão composta por: **JOSÉ VICENTE DA SILVA**, matrícula 152.762-2, (Presidente), **NILVAN VIEIRA SALES** matrícula 85.233-3, e **JANETE GABRIEL DE FARIAS** matrícula 83.055-1.

Antônio Ivo de Medeiros
ANTÔNIO IVO DE MEDEIROS
Secretário Adjunto do Gabinete Civil do Governador

Segurança Pública

Portaria nº 118 /2004/SSP

Em 24 de OUTUBRO de 2004

O **SUPERINTENDENTE GERAL DA POLÍCIA CIVIL**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 061/2003/SSP, publicada no Diário Oficial do Estado, edição de 16 de JANEIRO de 2003,

RESOLVE designar o servidor **REGINALDO TARGINO DA SILVA**, Agente de Investigação, Código GPC-608, matrícula nº 135.561-9, lotado nesta Secretaria para a **1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA**, a fim de prestar serviços na **14ª DELEGACIA DISTRITAL DE SANTA RITA**.

Portaria nº 119 /2004/SSP

Em 13 de MAIO de 2004

O **SUPERINTENDENTE GERAL DA POLÍCIA CIVIL**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 061/2003/SSP, publicada no Diário Oficial do Estado, edição de 16 de JANEIRO de 2003,

RESOLVE designar o servidor **MARCOS ANTONIO DOS SANTOS FILHO**, Agente de Investigação, Código GPC-608, matrícula nº 137.230-1, lotado nesta Secretaria, para a **1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA**, a fim de prestar serviços na **3ª Delegacia Distrital da Capital**.

Gerson Alves Barbosa
GERSON ALVES BARBOSA
Superintendente Geral

Indústria e Comércio

PORTARIA/GS/Nº 03

João Pessoa, 12 de maio de 2004.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**, usando das atribuições que lhe confere o Decreto 12.857 de 16/12/88, com o objetivo de melhorar a Qualidade Industrial das Empresas Paraibanas, proporcionando condições de competitividade no mercado nacional,

RESOLVE prorrogar por mais 60 dias a partir desta data, a PORTARIA/GS/Nº002, que designa os servidores **ZÉLIA DANTAS DA NÓBREGA**, **FRANCISCO MACIEL SEIXAS**, **ELIZABETH CRISTINA ALMEIDA DE PAIVA**, lotados nesta Pasta, o Sr. **JOÃO MARQUES DE CARVALHO**, Diretor Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa – FAPESQ, o Sr. **EDVALDO LEITE DE CALDAS JÚNIOR**, Superintendente do IMEQ – Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial da Paraíba, substituindo os Srs. Jurandir Antônio Xavier e Marcos Antônio Gonçalves Brasileiro, respectivamente, pelo Sr. **ANTÔNIO LOUREIRO CAVALCANTI**, Assessor Técnico da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba – CINEP e Sra. **MARIA CLÉA DE SOUZA**, Gerente de Tecnologia Industrial da Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPEP, para, sob a Coordenação do primeiro, comporem uma Comissão de Trabalho, com a finalidade de implantar no Estado da Paraíba o PROGRAMA PARAIBANO PARA A CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE INDUSTRIAL – PROCEQ – PB.

João Damasceno de Sousa
JOÃO DAMASCENO DE SOUSA
Secretário da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia

Educação e Cultura

Portaria nº 953

João Pessoa, 30 de 04 de 2004.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 12.007, de 30 de junho de 1987, combinado com artigo 2º, § 3º, da Lei nº 24.720, de 14 de janeiro de 2004,

RESOLVE nomear MARIA DE FÁTIMA PAULINO DA CUNHA, matrícula nº 143.192-7, com lotação fixada nesta secretaria, para ocupar o cargo, em comissão, de Diretor da Escola Estadual do Ensino Fundamental Raulino Maracajá, Padrão A-1, na cidade de Gurjão, mediante retribuição correspondente a 90% do Símbolo DAS-6, nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.065, de 29 de agosto de 1991, até 24 de julho de 2005, quando termina o mandato do Corpo Diretivo da escola.

UPG: 034

UTB: 5090

NEROALDO PONTES DE AZEVEDO
Secretário

Agricultura, Irrigação e Abastecimento

INTERPA-PB
EXPEDIENTE DO DIA 12 DE MAIO DE 2004

O Diretor Presidente, no uso das atribuições que lhe confere o Ato Governamental nº 0227/04, combinado com o Artigo 13, Inciso I, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 17.171, de 14.12.1994, e de acordo com o Artigo 84, § 1º e 2º, da Lei Complementar nº 58, de 30.12.2003, **deferiu** os seguintes pedidos de:

LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

LOTAÇÃO	MAT.	PROCESSO	NOME DO SERVIDOR	DIAS	PERÍODO
INTERPA	023-0	032/04	ELISABETH MARIA DO EGITO PESSOA	030	03.05.2004 A 01.06.2004

OSEAS ALMEIDA NETO
Presidente

Administração

RESENHA Nº 248/2004

EXPEDIENTE DO DIA 12.05.04

O Diretor de Recursos Humanos, por delegação de competência constante de Portaria Nº 2374/SA de 18.07.88, **DEFERIU** os seguintes pedidos de **PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**:

LOTAÇÃO	MATRICULA	NOME	DIAS	PERÍODO
SSP	62.598-1	CARLOS ALBERTO BELO TEMOTEIO	15	DE 12.03.04 à 26.03.04
SEC	63.357-7	MARIA IRANI DE MELO	30	DE 02.02.04 à 02.03.04
SEC	64.247-9	CÉLIA LACERDA MARTINS	15	DE 19.03.04 à 02.04.04
SCJ	68.613-1	ARLINDO LOPES DA SILVA	60	DE 20.01.04 à 19.03.04
SEC	68.350-7	MARIA JOSÉ DE FRANCA LEAL	15	DE 12.03.04 à 26.03.04
SCJ	70.255-2	SEVERINO ALGUSTINHO DIAS DE ABREU	30	DE 01.03.04 à 30.03.04
SEC	71.518-2	MARIA JOSÉ FERREIRA SOBRAL	60	DE 26.02.04 à 25.04.04
SSP	73.822-1	SONALDO VITAL DE OLIVEIRA	90	DE 01.03.04 à 29.05.04
SAIA	79.055-9	JOSÉ WILLAMES BARBOSA SALES	60	DE 23.01.04 à 22.03.04
SEC	79.946-7	MARIA GORETTI DE OLIVEIRA C. RAMOS	60	DE 17.02.04 à 16.04.04
SSP	81.346-0	CLAUDIANO DE PONTES NETO	30	DE 30.01.04 à 28.02.04
SEC	84.484-5	CELIANA FELIX PEREIRA	30	DE 02.02.04 à 02.03.04
SEPLAN	86.899-0	JOÃO ALBERTO VASCONCELOS	60	DE 26.01.04 à 25.03.04
SEC	87.964-9	SEVERINO CAMPOS	15	DE 15.03.04 à 29.03.04
SS	90.850-9	RICARDO VILAR SOUTO MAIOR	90	DE 14.03.04 à 11.06.04
SEC	93.041-5	MARIA DO SOCORRO DA SILVA	30	DE 05.03.04 à 03.04.04
DP	98.987-8	SABINIANO MAIA PINTO	30	DE 04.03.04 à 02.04.04
SA	103.547-9	ANTONIA TRAJANO DOS SANTOS	20	DE 20.01.04 à 08.02.04
SEC	106.447-9	IZAURA FERNANDES MAIA	60	DE 05.02.04 à 04.04.04
GC	128.225-5	JOSÉ CAVALCANTE RIBEIRO	90	DE 17.01.04 à 15.04.04
SEC	129.785-6	ROSINALDO ALVES DA SILVA	30	DE 05.03.04 à 03.04.04
SEC	137.685-3	MARIZETE GOMES DA SILVA	30	DE 18.02.04 à 18.03.04
SEC	141.078-4	MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA CORREIA	15	DE 20.03.04 à 03.04.04
SS	149.268-3	JOSEFA VIDELMA MOREIRA NÓBREGA	60	DE 17.01.04 à 16.03.04
SS	149.362-1	LENIRA RIBEIRO DE VASCONCELOS	30	DE 29.01.04 à 27.02.04

PUBLIQUE-SE

RESENHA Nº 249/2004

EXPEDIENTE DO DIA 12.05.04

O Diretor de Recursos Humanos, por delegação de competência constante de Portaria Nº 2374/SA de 18.07.88, **DEFERIU** os seguintes pedidos de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**:

LOTAÇÃO	MATRICULA	NOME	DIAS	PERÍODO
SEC	56.795-7	SEVERINA CARDOSO GOMES	30	DE 03.03.04 à 01.04.04
SEC	76.309-8	WALTER MACHADO CAVALCANTE	60	DE 06.03.04 à 04.05.04
SA	77.077-9	WALDEMIR DA SILVA HOLANDA	90	DE 01.03.04 à 29.05.04
SEC	78.060-0	VERONICA HELENA DE P. MADRUGA	15	DE 03.02.04 à 17.02.04
SSP	78.345-5	MARTIRES MARIA LEITE DE LUCENA	60	DE 29.03.04 à 27.05.04
SEC	78.407-9	SANDRA RAMALHO ALVES DO AMARAL	60	DE 21.03.04 à 19.05.04
SEC	79.087-7	SEVERINO FRANCISCO DE OLIVEIRA	30	DE 17.02.04 à 17.03.04
DP	80.769-9	MARIA ELEDITE AZEVEDO ISIDRO	45	DE 09.03.04 à 22.04.04
SEC	81.459-8	MARIA ELI DE OLIVEIRA	30	DE 25.02.04 à 25.03.04
SEC	86.271-1	TALMA BERNADETE GONÇALVES CRUZ	30	DE 15.01.04 à 13.02.04
SEC	87.636-4	MARIA IDELFINA BEZERRA	30	DE 01.02.04 à 01.03.04
SEC	88.945-8	THEMIS DE MOURA JANSEN CHAGAS	60	DE 28.02.04 à 27.04.04
SEC	91.909-8	TEREZINHA DANTAS VIDAL	30	DE 01.03.04 à 30.03.04
SEC	93.597-2	MARIA EUNICE DA SILVA	60	DE 10.03.04 à 08.05.04
SS	98.449-3	IEDA MARIA DIAS	90	DE 11.03.04 à 08.06.04
SEC	114.044-2	VILMA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA	08	DE 01.03.04 à 08.03.04
SETRAS	114.997-1	WILMA DOS SANTOS LIMA	10	DE 26.03.04 à 04.04.04
SETRAS	127.734-1	SEVERINO AMADOR DE OLIVEIRA	60	DE 31.03.04 à 29.05.04
SEC	128.851-2	MARIA DO LIVRAMENTO S. DA SILVA	60	DE 03.04.04 à 01.06.04
SEC	129.255-2	LUIZ FRANCISCA DA SILVA	60	DE 17.03.04 à 15.05.04
SS	136.283-6	LUIS VICENTE FERREIRA	90	DE 27.03.04 à 24.06.04
SEC	136.297-6	MARIA ANUNCIADA SOUZA DA SILVA	60	DE 26.03.04 à 24.05.04
SEC	137.763-9	MARIA AUXILIADORA COSTA	90	DE 24.03.04 à 21.06.04
SEC	137.825-2	SUZANA MARCIA DA SILVA	20	DE 08.03.04 à 27.03.04
SEC	141.242-6	VERA LÚCIA DA SILVA	60	DE 03.03.04 à 01.05.04

PUBLIQUE-SE

FRANCISCA CHAGAS LIMA
Diretor de Recursos Humanos

Finanças

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO 2º NÚCLEO REGIONAL
COLETORIA ESTADUAL DE ARARUNA

PORTARIA Nº 002/2004-CEA.

Em 07 de abril de 2004

O Coletor Estadual de Araruna, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 87, inciso V, do Decreto nº11.921, de 27 de abril de 1987, e tendo em vista o disposto no art. 140, incisos I, c/c os seus §§ 1º e 2º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando o que consta(m) no(s) processo(s) nº(s) 0090432004-9

Considerando que a(s) firma(s) em anexo a esta Portaria está (estão) em

situação irregular em razão da não apresentação, durante 06 (seis) meses consecutivos, ao seu domicílio fiscal a Guia de Informação Mensal - GIM.

Considerando, ainda, a necessidade de atualização perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS e das informações econômico-fiscais por ele geradas,

RESOLVE:

I - CANCELAR, 'ex-officio', a(s) inscrição (inscrições) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais da(s) firma(s) relacionada(s) no anexo referido;

II - DECLARAR o(s) contribuinte(s) referido(s) no item anterior como não inscrito(s) no Cadastro de Contribuintes do ICMS, ficando passíveis de apreensão as mercadorias que estiverem em poder do(s) mesmo(s) ou que lhe(s) for (forem) destinada(s), bem como fichas de inscrição cadastral, livros e demais documentos fiscais, onde forem encontrados;

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Adriano
Diretor de Administração Tributária

ANEXO À PORTARIA Nº 002/2004-CEA.

INSCRIÇÃO	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE
16.137.467-0	COPICAL - COOP. PROD IND. CONFEC. DE ARARUNA	R. CEL. PEDRO TARGINO, S/N.	ARARUNA
16.133.644-2	F.P. DA SILVA INFORMÁTICA E PAPELARIA	R. ANTONIO CARNEIRO, 89.	ARARUNA

Adriano
Diretor de Administração Tributária

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO 8º NÚCLEO REGIONAL
COLETORIA ESTADUAL DE SÃO BENTO

PORTARIA Nº 002/2004

São Bento (PB), 07 de Abril de 2004

A Coletora Estadual de São Bento, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 87, inciso V, do Decreto nº 11.921, de 27 de abril de 1987, e tendo em vista o disposto no art. 140, inciso III, c/c os seus §§ 1º e 2º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando o que consta(m) no(s) processo(s) **Considerando** que através de processo administrativo tributário regular, ficou comprovado que o(s) contribuinte(s) em anexo a esta Portaria, não mais exerce(m) suas atividades no local da inscrição e não solicitou (solicitaram) retificação em sua ficha cadastral por mudança de endereço,

Considerando, ainda, a necessidade de atualização perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS e das informações econômico-fiscais por ele geradas,

RESOLVE:

I. CANCELAR, "ex-officio", a(s) inscrição (inscrições) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais da(s) firma(s) relacionada(s) no anexo referido;

II. Declarar o(s) contribuinte(s) referido(s) no item anterior como não inscritos no Cadastro de Contribuinte do ICMS, ficando passíveis de apreensão as mercadorias que estiverem em poder do(s) mesmo(s) ou que lhe(s) for (forem) destinada(s), bem como fichas de inscrição cadastral, livros e demais documentos fiscais, onde forem encontrados;

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Anexos à portaria nº 002/2004 de 07 de abril de 2004

Inscrição	Nome	Endereço	Cidade
16.140.553-3	Aki Modas Ltda	Rua Francisco Feitosa, 183	São Bento
16.115.167-1	Dantas & Paiva Ltda	Sítio Areia Fina, Zona Rural	São Bento
16.124.900-0	Enio Ivson Diniz M da Cruz	R. Sérgio Silveira, 434,	São Bento
16.119.445-1	Eva Sibéria M Arnaud	R. Manoel Herculano da Cruz, 315	São Bento
16.121.099-6	Jordan Ferreira da Silva	Av. Pref. Pedro E. da Silva, 74	São Bento
16.126.851-0	Jackson Ramos Salvino	Rua Sérgio Silveira, 238.	São Bento
16.007.906-3	J F Dutra	R. Manoel Herculano da Cruz, 301	São Bento
16.081.637-8	Lúcia Soares Fernandes	R. Dr. Francisco Feitosa, sn	São Bento
16.136.859-0	Luiz Carlos C. C. F Fios Têxteis	R. Manoel Herculano da Cruz,202	São Bento

Adriano
Aderci Dantas dos Santos
Coletora

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO 1º NÚCLEO REGIONAL
COLETORIA ESTADUAL DE PEDRAS DE FOGO

PORTARIA Nº 001/2004

Em, 20 de Abril de 2004.

O Coletor Estadual de Pedras de Fogo, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 87, inciso V, do Decreto nº 11.921, de 27 de abril de 1987, e tendo em vista o disposto no art. 140, incisos I, c/c os seus §§ 1º e 2º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando que a(s) firma(s) em anexo a esta Portaria está (estão) em situação irregular em razão da não apresentação, durante 06 (seis) meses consecutivos, ao seu domicílio fiscal a Guia de Informação Mensal - GIM,

Considerando, ainda, a necessidade de atualização perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS e das informações econômico-fiscais por ele geradas,

RESOLVE:

I. CANCELAR, "ex-officio", a(s) inscrição (inscrições) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais da(s) firma(s) relacionada(s) no anexo referido;

II. Declarar o(s) contribuinte(s) referido(s) no item anterior como não inscritos no Cadastro de Contribuinte do ICMS, ficando passíveis de apreensão as mercadorias que estiverem em poder do(s) mesmo(s) ou que lhe(s) for (forem) destinada(s), bem como fichas de inscrição cadastral, livros e demais documentos fiscais, onde forem encontrados;

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AURIVAN GARRI DA CUNHA LIMA
Coletor

Anexo à Portaria de Cancelamento 001/2004

INSCRIÇÃO	RAZÃO SOCIAL	LOGRADOURO	CIDADE	UF
16.130.008-1	ALINE ROMANELLI PINTINHA	RUA 02 DE JULHO, 06 - CENTRO	PEDRAS DE FOGO	Pb.
16.115.856-0	JOSÉ DE ARIMATEIA DOMINGOS DA SILVA	RUA 1º DE MAIO, 158 - CENTRO	PEDRAS DE FOGO	Pb.
16.128.607-0	MANOEL JOSE DE SANTANA	AV. 24 DE OUTUBRO, 12-A - CENTRO	PEDRAS DE FOGO	Pb.

PEDRAS DE FOGO, 20 DE ABRIL DE 2004

AURIVAN GARRI DA CUNHA LIMA
Coletor

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO 3º NÚCLEO REGIONAL
COLETORIA ESTADUAL DE UMBUZEIRO

PORTARIA Nº 003/2004

Em 28 de abril de 2004.

O Coletor Estadual de Umbuzeiro, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 87, inciso V, do Decreto nº11.921, de 27 de abril de 1987, e tendo em vista o disposto no art. 140, incisos I, c/c os seus §§ 1º e 2º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando o que consta(m) no(s) processo(s) n°(s) ; 011/2004 -CEU

Considerando que *foi decorrido o prazo de 01 (um) ano, contado da data da suspensão temporária de atividade, e o(s) contribuinte(s) em anexo a esta Portaria, não solicitaram a reativação de sua inscrição;*

Considerando, ainda, a necessidade de atualização perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS e das informações econômico-fiscais por ele geradas,

RESOLVE:

I. CANCELAR, 'ex-officio', a(s) inscrição (inscrições) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais da(s) firma(s) relacionada(s) no anexo referido;

II. Declarar o(s) contribuinte(s) referido(s) no item anterior como não inscrito(s) no Cadastro de Contribuintes do ICMS, ficando passíveis de apreensão as mercadorias que estiverem em poder do(s) mesmo(s) ou que lhe(s) for (forem) destinada(s), bem como fichas de inscrição cadastral, livros e demais documentos fiscais, onde forem encontrados;

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO VASCONCELOS
COLETOR

ANEXO À PORTARIA Nº 003 / 2004

16.117.943-6	ANTONIA M DA SILVA	RUA CONEGO ANTÔNIO RAMALHO, 40 - CENTRO UMBUZEIRO - 58.420.000
16.118.164-3	VERÔNICA RODRIGUES DA SILVA	TV CARLOS PESSOA, S/N - CENTRO - UMBUZEIRO 58.420.000
16.123.279-5	COSMA MARIA DO E. SANTO	AV ANTONIO LINO DUARTE, 45 CENTRO - UMBUZEIRO 58.420.000
16.128.492-2	CLAUDETE OLIVEIRA DE MOURA	RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/N CENTRO - UMBUZEIRO 58.420.000
16.130.983-6	SILVANA TRAVASSOS SARINHO	RUA EPITACIO PESSOA, 6 - CENTRO - UMBUZEIRO 58.420.000
16.131.827-4	JOSÉ RONALDO RAMOS DE OLIVEIRA	AV CARLOS PESSOA, S/N CENTRO - UMBUZEIRO 58.420.000
16.135.212-0	VERA LUCIA T. DE ARRUDA	AV STA CECILIA, 68 - CENTRO STA CECILIA DO UMBUZEIRO 58.410.000

HÉLIO VASCONCELOS
COLETOR

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO 2º NÚCLEO REGIONAL
COLETORIA ESTADUAL DE GUARABIRA

PORTARIA Nº 005

Em 10 de março de 2004

O Coletor Estadual de Guarabira, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 87, inciso V, do Decreto nº11.921, de 27 de abril de 1987, e tendo em vista o disposto no art. 140, incisos I, c/c os seus §§ 1º e 2º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando o que consta(m) no(s) processo(s) n°(s) 129/04;

Considerando que *através de processo administrativo tributário regular, ficou comprovado que o(s) contribuinte(s) em anexo a esta portaria, não mais exerce(m) suas atividades no local da inscrição e não solicitou (solicitaram) retificação em sua ficha cadastral por mudança de endereço,*

Considerando, ainda, a necessidade de atualização perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS e das informações econômico-fiscais por ele geradas,

RESOLVE:

I. CANCELAR, 'ex-officio', a(s) inscrição (inscrições) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais da(s) firma(s) relacionada(s) no anexo referido;

II. Declarar o(s) contribuinte(s) referido(s) no item anterior como não inscrito(s) no Cadastro de Contribuintes do ICMS, ficando passíveis de apreensão as mercadorias que estiverem em poder do(s) mesmo(s) ou que lhe(s) for (forem) destinada(s), bem como fichas de inscrição cadastral, livros e demais documentos fiscais, onde forem encontrados;

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADERSON FREIRE JÚNIOR
COLETOR

Anexo a Portaria nº 005/2004-CEG

Inscrição	Razão Social	Logradouro	Cidade
16.035.082-4	Acalim Alcântara Com. de Alimentos Ltda	R. Leonel Ferraz, 223	Guarabira
16.081.989-0	Supermercado Alves Gama Ltda	R. José Álvares Trigueiro, 625	Guarabira

ADERSON FREIRE JÚNIOR
COLETOR

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO 2º NÚCLEO REGIONAL
COLETORIA ESTADUAL DE GUARABIRA

PORTARIA Nº 013/2004

Em 19 de abril de 2004

O Coletor Estadual de Guarabira, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 87, inciso V, do Decreto nº11.921, de 27 de abril de 1987, e tendo em vista o disposto no art. 140, § 3º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando que o(s) contribuinte(s) *foi (foram) cancelado(s), "ex-officio", indevidamente,*

RESOLVE:

I. RESTABELECER, a inscrição e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais, da(s) firma(s) constante(s) na relação em anexo a esta Portaria ;

II. Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como apta(s) no Cadastro de Contribuintes do ICMS;

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADERSON FREIRE JÚNIOR
COLETOR

ANEXO A PORTARIA Nº 0013/2004-CEG

Inscrição	Razão Social	Logradouro	Cidade
16.134.301-5	Francisca Gomes de Lima	Sítio Barro Vermelho - s/n Z. Rural	Cuitegi

ADERSON FREIRE JÚNIOR
COLETOR

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO 2º NÚCLEO REGIONAL
COLETORIA ESTADUAL DE GUARABIRA

PORTARIA Nº 014

Em 23 de abril de 2004

O Coletor Estadual de Guarabira, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 87, inciso V, do Decreto nº11.921, de 27 de abril de 1987, e tendo em vista o disposto no art. 139, Parágrafo Único, inciso I, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando o que consta(s) no(s) Processo n°(s) 220/2004

Considerando que o(s) contribuinte(s) *reiniciou (reiniciaram) suas atividades,*

RESOLVE:

I. RESTABELECER, a inscrição e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais, da(s) firma(s) constante(s) na relação em anexo a esta Portaria ;

II. Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como apta(s) no Cadastro de Contribuintes do ICMS;

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADERSON FREIRE JÚNIOR
COLETOR

ANEXO A PORTARIA Nº 0014/2004-CEG

Inscrição	Razão Social	Logradouro	Cidade
16.137.554-5	Posto de Combustível Camarazal Ltda	R. Projetada, s/n Conj. Achilles Leal	Mulungu

ADERSON FREIRE JÚNIOR
COLETOR

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO 2º NÚCLEO REGIONAL
COLETORIA ESTADUAL DE GUARABIRA

EDITAL Nº 0002/2004

Pelo presente EDITAL, nos termos do Artigo 700, Inciso I, combinado com o artigo 698, inciso III, do Regulamento do ICMS e do Processo Administrativo Tributário - PAT, aprovado pelo Decreto Nº 18.930/97, de 19 de junho de 1997, fica(m) INTIMADA(S) a(s) firma(s) abaixo relacionada(s), a efetuar(em) o pagamento do seu(s) débito(s) para com a Fazenda Pública Estadual, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 5º dia da publicação deste EDITAL, ou em igual período apresentar(em) defesa junto a Coordenadoria de Julgamento de Processos Fiscais - COJUP. O não atendimento das exigências acima implicará no julgamento à revelia.

RAZÃO SOCIAL	CCICMS/CNPJ/CPF	AUTO INFRAÇÃO	PROCESSO
Sol de Verão Ind. e Com. de Calçados Ltda	16.103.526-4	2003-000023783-37	08973/2004

ADERSON FREIRE JÚNIOR
COLETOR

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO 1º NÚCLEO REGIONAL
RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA

PORTARIA Nº 019/2004

João Pessoa, 08 de março de 2004

O DIRETOR DA RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 87, inciso V, do Decreto nº 11.921, de 27 de abril de 1987, e tendo em vista o disposto no art. 140, inciso III, c/c os seus §§ 1º e 2º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997.

Considerando o que consta no(s) processo(s) n°(s) 0204542003-5 da RRJP;

Considerando que *através de processo administrativo tributário regular, ficou comprovado que o(s) contribuinte(s) em anexo a esta Portaria, não mais exerce(m) suas atividades no local da inscrição e não solicitou (solicitaram) retificação em sua ficha cadastral por mudança de endereço;*

Considerando, ainda, a necessidade de atualização perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS e das informações econômico-fiscais por ele geradas;

RESOLVE:

I. CANCELAR, "ex-officio", a(s) inscrição (inscrições) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais da(s) firma(s) relacionada(s) no anexo referido;

II. Declarar o(s) contribuinte(s) referido(s) no item anterior como não inscritos no Cadastro de Contribuinte do ICMS, ficando passíveis de apreensão as mercadorias que estiverem em poder do(s) mesmo(s) ou que lhe(s) for (forem) destinada(s), bem como fichas de inscrição cadastral, livros e demais documentos fiscais, onde forem encontrados;

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luciano Barbosa Pereira do Egito
Diretor

ANEXO A PORTARIA N. 019/2004

Inscrição	Razão Social	Logradouro	Cidade	UF
16.135553-6	DISTRIBUIDORA DE CAMELOS NATAL LTDA	AV Flavio Ribeiro Coutinho, 805	João Pessoa	PB

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO 1º NÚCLEO REGIONAL
RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA**

PORTARIA Nº 006/2004

João Pessoa, 22 de janeiro de 2004

O DIRETOR DA RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 87, inciso V, do Decreto nº 11.921, de 27 de abril de 1987, e tendo em vista o disposto no art. 140, inciso III, c/c os seus §§ 1º e 2º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997.

Considerando o que consta no(s) processo(s) n.º(s) 0045252004-5 da RRJP; Considerando que através de processo administrativo tributário regular, ficou comprovado que o(s) contribuinte(s) em anexo a esta Portaria, não mais exerce(m) suas atividades no local da inscrição e não solicitou(solicitar) retificação em sua ficha cadastral por mudança de endereço;

Considerando, ainda, a necessidade de atualização perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS e das informações econômico-fiscais por ele geradas;

RESOLVE:

I. CANCELAR, "ex-offício", a(s) inscrição (inscrições) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais da(s) firma(s) relacionada(s) no anexo referido;

II. Declarar o(s) contribuinte(s) referido(s) no item anterior como não inscritos no Cadastro de Contribuinte do ICMS, ficando passíveis de apreensão as mercadorias que estiverem em poder do(s) mesmo(s) ou que lhe(s) for (forem) destinada(s), bem como fichas de inscrição cadastral, livros e demais documentos fiscais, onde forem encontrados;

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luciano Barbosa Pereira do Egito
Diretor

ANEXO A PORTARIA N. 006/2004

Inscrição	Razão Social	Logradouro	Cidade	UF
16.083632-8	XERETA MODAS LTDA	Av Flavio Ribeiro Coutinho, s/n	João Pessoa	PB
16.090222-3	MANGUEIRA COMERCIO DE PECAS PARA AUTO LTDA	R Sem Denominação, 58	João Pessoa	PB
16.094170-9	JOSEFA MARTINS DE OLIVEIRA	Av Almeida Barreto, 222	João Pessoa	PB
16.117793-0	VALDECI AUGUSTO DO NASCIMENTO	R Padre Azevedo, 409	João Pessoa	PB
16.118220-8	M S IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	R Duque Caxias, 417	João Pessoa	PB
16.120702-2	CLAUDIA LIDUINA SOARES	R Visconde Pelotas, 162	João Pessoa	PB
16.121280-8	ALESSANDRO DE OLIVEIRA ALMEIDA	Rua Indústrias, 27	João Pessoa	PB
16.123813-0	MULTI SHOPPING LTDA	Av B. Rohan, 170	João Pessoa	PB
16.125537-0	COMERCIO DE ALIMENTOS BOM DEMAIS LTDA	R Via Local 01 Lt 528 Qd 25, s/n	João Pessoa	PB
16.128882-0	MARIA DE LUORDES BARBOSA COSMETICOS	Pça João Pessoa, 63	João Pessoa	PB
16.131149-0	PARAIBA MINERIOS IND E COM DE ARGAMASSAS TINTAS E DERIV LTDA	R Via Local II, 391	João Pessoa	PB
16.132035-0	COMERCIAL DE FRIOS E ALIMENTOS PALMA LTDA	R Engenheiro Ávidos, 805	João Pessoa	PB
16.134628-6	BRANDINY MOVEIS LTDA	R Barão Triunfo, 497	João Pessoa	PB
16.135381-9	ERIVALDO BATISTA DA SILVA	R Francisco Leocádio Ribeiro Cout 55	João Pessoa	PB
16.135876-4	ROBERTA FARIAS DE ASSIS CORDEIRO	AV Epitácio Pessoa, 3883	João Pessoa	PB
16.139643-7	AFRODITE CONFECÇÕES ARMARINHO E DECORAÇÕES LTDA	AV Epitácio Pessoa, 3883	João Pessoa	PB

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO 1º NÚCLEO REGIONAL
RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA**

PORTARIA N º 020/2004

João Pessoa, 08 de março de 2004

O DIRETOR DA RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 87, inciso V, do Decreto nº 11.921, de 27 de abril de 1987, e tendo em vista o disposto no artigo 140 § 3º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando o que consta no(s) processo(s) n.º(s) 0079622004-2 do Fácil;

Considerando, ainda, que a(s) inscrição(ões) do(s) contribuinte(s) foi (foram) cancelada(s) "ex-offício";

RESOLVE:

I. RESTABELECER, a inscrição e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais, da(s) firma(s) constante(s) na relação em anexo a esta Portaria;

II. Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como apta(s) no Cadastro de Contribuintes do ICMS;

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luciano Barbosa Pereira do Egito
Diretor

ANEXO A PORTARIA N. 020/2004

Inscrição	Razão Social	Logradouro	Cidade	UF
16.104439-5	LIDO AUTOMOVEIS LTDA	PC SOCIC, 00086	João Pessoa	PB

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO 1º NÚCLEO REGIONAL
RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA**

PORTARIA Nº 045/2004

João Pessoa, 29 de abril de 2004

O DIRETOR DA RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 87, inciso V, do Decreto nº 11.921, de 27 de abril de 1987, e tendo em vista o disposto no art. 140, inciso II, c/c os seus §§ 1º e 2º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando o que consta no(s) processo(s) n.º(s) 0145802004-5 do Fácil;

Considerando que através do processo nº 0143652004-5, foi efetuado um novo cadastro de inscrição, quando o motivo selecionado deveria ser Restabelecimento de inscrição com alteração;

Considerando, ainda, a necessidade de atualização perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS e das informações econômico-fiscais por ele geradas;

RESOLVE:

I. CANCELAR, "ex-offício", a(s) inscrição (inscrições) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais da(s) firma(s) relacionada(s) no anexo referido;

II. Declarar o(s) contribuinte(s) referido(s) no item anterior como não inscritos no Cadastro de Contribuinte do ICMS, ficando passíveis de apreensão as mercadorias que estiverem em poder do(s) mesmo(s) ou que lhe(s) for (forem) destinada(s), bem como fichas de inscrição cadastral, livros e demais documentos fiscais, onde forem encontrados;

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luciano Barbosa Pereira do Egito
Diretor

ANEXO A PORTARIA N. 045/2004

Inscrição	Razão Social	Logradouro	Cidade	UF
16.028696-4	DÍAS OLIVEIRA & CIA LTDA	Av Epitácio Pessoa, 2055	João Pessoa	PB

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO 1º NÚCLEO REGIONAL
RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA**

PORTARIA Nº 046/2004

João Pessoa, 29 de abril de 2004

O DIRETOR DA RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA, por força de Liminar deferida nos Autos do Mandado de Segurança, Processo n.º 2004.002388-4, RRJP

Considerando o que consta(m) no(s) Processo(s) n.º(s) 0181852004-4 da

cancelada(s) "ex-offício";

RESOLVE:

I. RESTABELECER, a inscrição e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais, da(s) firma(s) constante(s) na relação em anexo a esta Portaria;

II. Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como apta(s) no Cadastro de Contribuintes do ICMS;

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luciano Barbosa Pereira do Egito
Diretor

ANEXO A PORTARIA N. 046/2004

Inscrição	Razão Social	Logradouro	Cidade	UF
16.087869-1	CONSTRUTORA MART LTDA	R. Quintino Bocaiuva, 00124	João Pessoa	PB

**DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DO 1º NÚCLEO REGIONAL
RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA**

PORTARIA N º 047/2004

João Pessoa, 04 de maio de 2004

O DIRETOR DA RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 87, inciso V, do Decreto nº 11.921, de 27 de abril de 1987, e tendo em vista o disposto no artigo 140 § 3º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando o que consta no(s) processo(s) n.º(s) 0180242004-5 do Fácil;

Considerando, ainda, que a(s) inscrição(ões) do(s) contribuinte(s) foi (foram) cancelada(s) "ex-offício" indevidamente;

RESOLVE:

I. RESTABELECER, a inscrição e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais, da(s) firma(s) constante(s) na relação em anexo a esta Portaria;

II. Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como apta(s) no Cadastro de Contribuintes do ICMS;

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luciano Barbosa Pereira do Egito
Diretor

ANEXO A PORTARIA N. 047/2004

Inscrição	Razão Social	Logradouro	Cidade	UF
16.129464-2	WASHINGTON LUIZ HONORIO FERNANDES	R Valda Cruz Cordeiro, 225	João Pessoa	PB

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Recurso nº CRF- 041/2004 Acórdão nº 113/2004

Recorrente : EDILEUZA PEREIRA DE LACERDA

Recorrida : COORD. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS - COJUP

Preparadora : RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA

Autuantes : ADRIANA MACEDO L. DE CARVALHO E MARIA COELI FERREIRA RIBEIRO

Relator : CONS. JOSÉ DE ASSIS LIMA

RESPONSABILIDADE POR SUBSTITUIÇÃO - SUJEIÇÃO PASSIVA INDIRETA.

Estando provado que o responsável designado por disposição expressa de lei, está obrigado e necessariamente vinculado à situação que constitua o correspondente fato gerador da respectiva obrigação, legítima a exigência do crédito tributário. Auto de Infração Procedente.

RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO

Vistos, relatados e discutidos os autos deste Processo, etc...

ACORDAM os membros deste Conselho de Recursos Fiscais, à unanimidade, e, de acordo com o voto do Relator, pelo recebimento do recurso voluntário, por regular e tempestivo, e, quanto ao mérito, pelo seu DESPROVIMENTO, para manter inalterada a decisão exarada pela instância prima, que julgou PROCEDENTE o Auto de Infração nº 2002.018013-09, lavrado em 14/03/2002, contra a empresa EDILEUZA PEREIRA DE LACERDA, inscrita no CCICMS sob o nº 16.119.530-0, devidamente qualificada nos autos, condenando-a ao recolhimento do crédito tributário no importe de R\$ 14.042,55 (quatorze mil e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), sendo R\$ 4.680,85 (quatro mil, seiscentos e oitenta reais e oitenta e cinco centavos) de ICMS, por infração ao art. 390 com espeque no art. 391, § 7º, II, c/c o art. 408, todos do RICMS, aprovado pelo Decreto 18.930/97, e R\$ 9.361,70 (nove mil, trezentos e sessenta e uma reais e setenta centavos) de multa por infração, conforme fixado no art. 82, V, alínea "c", da Lei nº 6.379/96.

P.R.J

Sala das Sessões do Conselho de Recursos Fiscais, em 26 de março de 2004.

Participaram do julgamento os Conselheiros PATRÍCIA MÁRCIA DE ARRUDA BARBOSA, NILTON ALVES DA NÓBREGA e ROBERTO FARIAS DE ARAÚJO. Presente o Assessor Jurídico OSIRIS DO ABIAHY.

ASSESSOR JURÍDICO

Exatção de Produtos Vegetais Ceríficos (Grupo de 1.11.1 a 1.11.2)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micr	A	B	C
	Pequeno	B	C	D
	Médio	C	D	E
	Grande	D	E	F
	Excepcional	E	F	G

Exatção de Produtos Tãates e Tãtoais (Grupo de 1.12.1 a 1.12.3)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micr	A	B	C
	Pequeno	B	C	D
	Médio	C	D	E
	Grande	D	E	F
	Excepcional	E	F	G

Exatção de Produtos Vegetais Medicinas (Grupo de 1.13.1 a 1.13.3)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micr	A	B	C
	Pequeno	B	C	D
	Médio	C	D	E
	Grande	D	E	F
	Excepcional	E	F	G

Exatção de Produtos Vegetais Tãtoais (Grupo de 1.14.1 a 1.14.2)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micr	A	B	C
	Pequeno	B	C	D
	Médio	C	D	E
	Grande	D	E	F
	Excepcional	E	F	G

Exatção de Combustíveis Vegetais (Grupo de 1.15.1 a 1.15.2)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micr	A	B	C
	Pequeno	B	C	D
	Médio	C	D	E
	Grande	D	E	F
	Excepcional	E	F	G

2. ATIVIDADES INDUSTRIAIS DE TRANSFORMAÇÃO

Britamento e Aparelhamento de Pedras de Construção e Trabalhos em Mármore, Granito e outras Pedras (Marmoaria) (Grupo de 2.1.1 a 2.1.5)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micr	D	E	F
	Pequeno	F	G	H
	Médio	G	H	I
	Grande	L	M	N
	Excepcional	N	O	P

Fabricação de Cal (Grupo de 2.2.1 a 2.2.3)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micr	D	E	F
	Pequeno	D	E	F
	Médio	E	F	G
	Grande	H	I	J
	Excepcional	J	L	M

Fabricação de Artigos de Barro Cozido e Material Cerâmico (Grupo de 2.3.1 a 2.3.10)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micr	D	E	G
	Pequeno	G	H	I
	Médio	I	J	L
	Grande	L	M	N
	Excepcional	N	O	P

Fabricação de Cimento e Peças, Ornatos e Estruturas de Cimento, Gesso e Amianto e Produtos afins de Marmorite, Granitina e Materiais semelhantes (Grupo de 2.4.1 a 2.4.9)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micr	D	E	F
	Pequeno	F	G	H
	Médio	H	I	J
	Grande	J	L	M
	Excepcional	N	O	P

Fabricação e Elaboração de Vidro e Cristal (Grupo de 2.5.1 a 2.5.11)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micr	D	E	F
	Pequeno	F	G	H
	Médio	H	I	J
	Grande	J	L	M
	Excepcional	N	O	P

Fabricação de Produtos Diversos e Preparação de Minerais não Metálicos (Grupo de 2.6.1 a 2.6.8)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micr	D	E	F
	Pequeno	F	G	H
	Médio	I	J	L
	Grande	L	N	O
	Excepcional	N	O	P

Siderurgia e Metalurgia de não ferrosos e Elaboração de Produtos Siderúrgicos e Metálicos (Grupo de 2.7.1 a 2.7.10)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micr	D	E	F
	Pequeno	F	G	H
	Médio	I	J	L
	Grande	L	N	O
	Excepcional	N	O	P

Estamparia, Funilaria e Latoaria (Grupo de 2.8.1 a 2.8.7)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micr	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Serralheria, Caldeiraria e Fabricação de Recipientes de Aço (Grupo de 2.9.1 a 2.9.8)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micr	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Cutelaria, Fabricação de Armas, Ferramentas, Quinquilharias, Esponjas e Palhas de Aço (Grupo de 2.10.1 a 2.10.8)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micr	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Processos Metalúrgicos Diversos e Fabricação de Artefatos Metalúrgicos não Compreendidos em Outros Grupos (Grupo de 2.11.1 a 2.11.2)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micr	D	E	F
	Pequeno	F	G	H
	Médio	I	J	L
	Grande	L	N	O
	Excepcional	N	O	P

Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos não Elétricos para Transmissão e Instalação Hidráulicas, Térmicas, Ventilação e Refrigeração (Grupo de 2.12.1 a 2.12.9)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micr	D	E	F
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Fabricação de Máquinas, Ferramentas, operatrizes e Aparelhos Industriais, inclusive Peças e Acessórios (Grupo de 2.13.1 a 2.13.9)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micr	D	E	F
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Fabricação de Aparelhos Elétricos (Grupo de 2.18.1 a 2.18.9)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	D	E	F
	Pequeno	E	F	G
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Fabricação de Material de Comunicações (Grupo de 2.19.1 a 2.19.9)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	D	E	F
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Fabricação de Material de Transporte Marítimo e Ferroviário (Grupo de 2.20.1 a 2.20.6)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	E	F	G
	Pequeno	F	G	H
	Médio	I	J	L
	Grande	L	N	O
	Excepcional	N	O	P

Fabricação de Veículo de Autopropulsão e Ônibus Elétricos (Grupo de 2.21.1 a 2.21.4)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	E	F	G
	Pequeno	F	G	H
	Médio	I	J	L
	Grande	L	N	O
	Excepcional	N	O	P

Fabricação de Bicicletas, Triciclos e Motocicletas, inclusive Fabricação de Peças e Acessórios (Grupo de 2.22.1 a 2.22.4)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Fabricação de Tratores não Agrícolas e Máquinas de Terraplenagem (Grupo de 2.23.1 a 2.23.4)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Fabricação e Montagem de Material de Transporte Aéreo (Grupo de 2.24.1 a 2.24.3)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Fabricação de Veículos de Tração Animal e Outros Veículos, inclusive Estofados para Veículos (Grupo de 2.25.1 a 2.25.3)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	E	F	G
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Madeiras (Grupo de 2.26.1 a 2.26.9)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	E	F	G
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Mobiliário (Grupo de 2.27.1 a 2.27.8)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Papel e Papelão (Grupo de 2.28.1 a 2.28.9)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	D	E	F
	Pequeno	E	F	G
	Médio	F	G	H
	Grande	I	L	N
	Excepcional	L	N	P

Borracha (Grupo de 2.29.1 a 2.29.9)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	E	F	G
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Industrialização de Couro de Peles e Produtos Similares. (Grupo de 2.30.1 a 2.30.7)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	B	C	D
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Fabricação de Produtos Químicos (orgânicos e inorgânicos), Matérias Plásticas Básica e Fios Artificiais (Grupo de 2.31.1 a 2.31.8)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	E	F	G
	Pequeno	F	G	H
	Médio	I	J	L
	Grande	L	N	O
	Excepcional	N	O	P

Fabricação de Pólvora e Explosivos (inclusive fósforos de segurança e fogos de artifício) (Grupo de 2.32.1 a 2.32.4)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	D	E	F
	Pequeno	F	G	H
	Médio	I	J	L
	Grande	L	N	O
	Excepcional	N	O	P

Fabricação de Óleos Brutos, Essências e Matérias Graxas Animais (exclusive refinação de Produtos Alimentadores) (Grupo de 2.33.1 a 2.33.31)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	F
	Pequeno	F	G	H
	Médio	I	J	L
	Grande	L	N	O
	Excepcional	N	O	P

Fabricação de Preparados para Limpeza, Desinfetantes, Inseticidas e Afins (Grupo de 2.34.1 a 2.34.5)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	F
	Pequeno	F	G	H
	Médio	I	J	L
	Grande	L	N	O
	Excepcional	N	O	P

Fabricação de Tintas, Vernizes e Impermeabilizantes (Grupo de 2.35.1 a 2.35.3)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	D	E	F
	Pequeno	F	G	H
	Médio	I	J	L
	Grande	L	N	O
	Excepcional	N	O	P

Fabricação de Produtos Derivados da Destilação do Petróleo, Carvão de Pedra, e Destilação da Madeira (Grupo de 2.36.1 a 2.36.6)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	D	E	F
	Pequeno	F	G	H
	Médio	I	J	L
	Grande	L	N	M
	Excepcional	N	O	P

Fabricação de Adubos e Fertilizantes (Grupo de 2.37.1 a 2.37.2)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	D	E	F
	Pequeno	F	G	H
	Médio	I	J	L
	Grande	L	N	O
	Excepcional	N	O	P

Produtos Farmacêuticos e Medicinais, Perfumarias, Sabões e Velas (Grupo de 2.38.1 a 2.38.6)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Fabricação de Matérias Plásticas (Grupo de 2.39.1 a 2.39.5)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Têxtil (Grupo de 2.40.1 a 2.40.10)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Fabricação de Artigos de Passamanaria, Tecidos Impermeáveis, Acabamento Especial e Artefatos Têxteis (Grupo de 2.41.1 a 2.41.8)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos (Grupo de 2.42.1 a 2.42.9)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	B	C	D
	Pequeno	D	E	F
	Médio	E	F	G
	Grande	F	G	H
	Excepcional	H	I	J

Beneficiamento e Moagem de Cereais e Produtos Afins (Grupo de 2.43.1 a 2.43.9)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	F	G	H
	Médio	I	J	L
	Grande	L	N	O
	Excepcional	N	O	P

Preparação de Conservas de Frutas, Legumes e Condimentos (Grupo de 2.44.1 a 2.44.3)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	B	C	D
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Abate de Animais e Preparação de Pescado, Inclusive Conservas e Banha de Porco e Outros - Criação (Grupo de 2.45.1 a 2.45.10)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	D	E	F
	Pequeno	F	G	H
	Médio	I	J	L
	Grande	L	N	O
	Excepcional	N	O	P

Pasteurização do Leite e Fabricação de Laticínios (Grupo de 2.46.1 a 2.46.6)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Fabricação e Refinação de Açúcar, Balas, Bombons e Caramelos (Grupo de 2.47.1 a 2.47.4)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Fabricação de Produtos de Padaria, Confeitaria e Pastelaria, Sorvetes, Massas Alimentícias e Biscoitos (Grupo de 2.48.1 a 2.48.4)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	E	F	G
	Grande	G	H	I
	Excepcional	I	J	L

Preparo e Fabricação de Produtos Alimentares Diversos, Inclusive Rações Balanceadas para Animais (Grupo de 2.49.1 a 2.49.8)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	I	J	L

Bebidas e Alcool (Grupo de 2.50.1 a 2.50.7)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	J	L	M
	Excepcional	N	O	P

Fumo (Grupo de 2.51.1 a 2.51.3)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	I	J	L

Editorial e Gráfica (Grupo de 2.52.1 a 2.52.7)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	D	E	F
	Pequeno	F	G	H
	Médio	I	J	L
	Grande	L	N	O
	Excepcional	N	O	P

Fabricação de Instrumentos e Utensílios para usos Técnicos e Profissionais, Aparelhos de Medida e Precisão (Grupo de 2.53.1 a 2.53.5)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	I	J	L

Fabricação de Aparelhos, Utensílios, Instrumentos e Material Cirúrgico, Dentário e Ortopédico (Grupo de 2.54.1 a 2.54.5)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	I	J	L

Fabricação de Aparelhos e Material Fotográfico e Ótica (Grupo de 2.55.1 a 2.55.5)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	I	J	L

Lapidação de Pedras Preciosas e Semipreciosas e Fabricação de Artigos de Ourivesaria e Joalheria (Grupo de 2.56.1 a 2.56.3)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	I	J	L

Fabricação de Instrumentos de Música e Gravação de Discos (Grupo de 2.57.1 a 2.57.4)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	I	J	L

Fabricação de Escovas, Broxas, Pincéis, Vassouras, Enxugadores e Espanadores (Grupo de 2.58.1 a 2.58.4)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	B	C	D
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	I	J	L

Fabricação de Material de Escritório e Escolar e Artigos para Fins Industriais e Comerciais (Grupo de 2.59.1 a 2.59.9)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	B	C	D
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	I	J	L

Fabricação de Brinquedos e Artigos para Esportes e Jogos Recreativos (Grupo de 2.60.1 a 2.60.3)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	B	C	D
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	I	J	L

Fabricação de Artigos Diversos Inclusive Produção Cinematográfica (Grupo de 2.61.1 a 2.61.6)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	I	J	L

3. SERVIÇOS

Hospitais (Grupo 3.1)		Número Total de Leitos		
		≤ 50	> 50 e ≤ 100	> 150
PORTE	Micro	D	E	F
	Pequeno	E	F	G
	Médio	G	H	I
	Grande	I	J	L
	Excepcional	J	L	M

Clínicas, Laboratórios de Análises e Serviços Ambulatoriais (Grupo 3.1.1)		Área Total (m²)		
		≤ 400	> 400 e ≤ 800	> 800
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	I	J	L

Comércio e vendas em atacado, grosso e varejo, supermercado, mercadinhos e semelhantes, inclusive shoppings (Grupo 3.1.2)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	B	C	D
	Pequeno	C	D	E
	Médio	E	F	G
	Grande	G	H	I
	Excepcional	I	J	L

Hotéis, pousadas, casas de repouso, SPA, motéis e semelhantes (Grupo 3.1.3)		Número de Unidades de Acomodação			
		≤ 50	> 50 e ≤ 90	> 90 e ≤ 200	> 200
PORTE	Micro	C	D	E	F
	Pequeno	D	E	F	G
	Médio	F	G	H	I
	Grande	H	I	J	L
	Excepcional	J	L	M	N

Bares e restaurantes, churrascarias e outros (Grupo 3.1.4)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	B	C	D
	Pequeno	C	D	E
	Médio	D	E	F
	Grande	E	F	G
	Excepcional	G	H	I

Empresa prestadora de serviço aeromédico e táxi aéreo (Grupo 3.1.5)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	E	F	G
	Grande	G	H	I
	Excepcional	I	J	L

Desentupidora e limpeza de fossas e esgotos (Grupo 3.1.6)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	E	F	G
	Grande	F	G	H
	Excepcional	H	I	J

Dedetizadora e imunizadora em geral. (Grupo 3.1.7)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	D	E	F
	Pequeno	E	F	G
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	I	J	L

Lavagem de veículo, lubrificação, polimento, troca de óleo (Grupo 3.1.8)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	B	C	D
	Pequeno	C	D	E
	Médio	D	E	F
	Grande	F	G	H
	Excepcional	G	H	I

Manipulação de Produtos Diversos (Grupo 3.1.9)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	I
	Pequeno	D	E	G
	Médio	E	F	H
	Grande	F	G	I
	Excepcional	H	I	J

3.2 SERVIÇOS

Oficinas mecânicas (consertos de veículos em geral, lanternagem, pintura e mecânica em geral, inclusive parte elétrica, fibra de vidro e semelhantes) (Grupo 3.2.1)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	B	C	D
	Pequeno	C	D	E
	Médio	D	E	F
	Grande	E	F	G
	Excepcional	G	H	I

Transporte rodoviário de passageiros e cargas e outros serviços semelhantes (Grupo 3.2.2)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	E	F	G
	Grande	G	H	I
	Excepcional	I	J	L

Transporte urbano de passageiros (Grupo 3.2.3)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	G	H	I
	Excepcional	I	J	L

Posto de apoio e garagem para veículos em geral, caminhões, ônibus, embarcações, aeronaves e similares. (Grupo 3.2.4)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	E	F	G
	Grande	F	G	H
	Excepcional	H	I	J

Comércio e venda de combustíveis em geral (gasolina, álcool, óleo lubrificante, inclusive gás natural automotivo) (Grupo 3.2.5)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	E	F	G
	Pequeno	G	H	I
	Médio	I	J	L
	Grande	L	M	N
	Excepcional	N	O	P

Recuperação e manutenção de botijões, cilindro, GLP e outros recipientes reutilizáveis. (Grupo 3.2.6)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	D	E	F
	Pequeno	E	F	G
	Médio	F	G	H
	Grande	G	H	I
	Excepcional	I	J	L

3.3 SERVIÇOS

Empresa de serviços gerais, limpeza, lavanderia, manutenção, vigilância e outros serviços semelhantes. (Grupo 3.3.1)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	E	F	G
	Grande	G	H	I
	Excepcional	H	I	J

Comercialização de produtos oriundos de atividades agrícolas, fruticultura irrigada ou não, culturas diversas (frutas, hortaliças, raízes, etc.) e pecuária (bovinos, eqüinos suínos, caprinos, etc) (Grupo 3.3.2)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	I	J	L

Empresa de armazenamento em geral – produtos alimentícios, materiais elétricos, material de construção, etc. – galpão e depósito em geral para estocagem de: milho, feijão, soja, arroz, café entre outros. (Grupo 3.3.3)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	I	J	L

Locadora (aluguel) de veículos máquinas e equipamentos em geral. (Grupo 3.3.4)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	I	J	L

Empresa de transporte aquático, cargas e passageiros. (Grupo 3.3.5)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	I	J	L

Frigorífico para estocagem e conservação de alimentos perecíveis – carnes, peixes, grãos, entre outros (Grupo 3.3.6)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	I	J	L

Empresa geradora de energia elétrica (hidrelétricas). (Grupo 3.3.7)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	E	F	G
	Pequeno	F	G	H
	Médio	H	I	J
	Grande	J	L	M
	Excepcional	N	O	P

Empresa distribuidora de energia elétrica (linhas de transmissão, subestações, etc.). (Grupo 3.3.8)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	E	F	G
	Pequeno	F	G	H
	Médio	G	H	I
	Grande	I	J	L
	Excepcional	L	M	N

Serviços de telefonia convencional e móvel (Grupo 3.3.9)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	E	F	G
	Pequeno	G	H	I
	Médio	I	J	L
	Grande	L	M	N
	Excepcional	N	O	P

Potencial Poluidor		Frequência	
Alto	> 10 MHz ≤ 400 MHz		
Médio	> 400 MHz ≤ 2000 MHz		
Pequeno	> 2000 MHz ≤ 300 GHz		

Cemitérios e crematórios (Grupo 3.3.10)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	E	F	G
	Grande	G	H	I
	Excepcional	I	J	L

3.4 Empreendimentos ou Atividades de Turismo e Lazer

Empresa de serviços de turismo de natureza, rural, cultural, aventura e ecoturismo (hotel fazenda, clube de campo, clube recreativo) (Grupo 3.4.1)		Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
PORTE	Micro	C	D	E
	Pequeno	D	E	F
	Médio	E	F	G
	Grande	G	H	I
	Excepcional	I	J	L

Parques aquáticos (Grupo 3.4.2)		Área Total (Ha)		
		≤ 5	> 5 e ≤ 10	> 10
PORTE	Micro	D	E	F
	Pequeno	E	F	G
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	J	L	M

Parques de diversão e temáticos (Grupo 3.4.3)		Área Total (Ha)		
		≤ 5	> 5 e ≤ 10	> 10
PORTE	Micro	D	E	F
	Pequeno	E	F	G
	Médio	F	G	H
	Grande	H	I	J
	Excepcional	J	L	M

4. Empreendimentos ou Atividades de Transporte, Tratamento e Disposição de Resíduos.

Usinas de reciclagem e compostagem (Grupo 4.1)		Volume (ton/dia)			
		≤ 30	> 30 e ≤ 50	> 50 e ≤ 100	> 100
		G	I	L	O

Aterros sanitários (Grupo 4.2)		Volume (ton/dia)			
		≤ 30	> 30 e ≤ 50	> 50 e ≤ 100	> 100
		G	I	L	O
		Habitantes			
		Até 46.000	46.000 a 67.000	67.001 a 105.000	105.001 a 571.000

Incineradores (Grupo 4.3)	Volume (ton/dia)			
	≤ 30	> 30 e ≤ 50	> 50 e ≤ 100	> 100
	G	I	L	O

Aterros industriais (Grupo 4.4)	Volume (ton/dia)			
	Resíduo Classe II ≤ 50	Resíduo Classe II > 50	Resíduo Classe I ≤ 50	Resíduo Classe I > 50
	J	N	N	P

Empresa Transportadora de Resíduos (Grupo 4.5)	PORTE	Classe do Resíduo		
		Classe III	Classe II	Classe I
	≤ 10 caminhões	G	H	J
	> 11 e ≤ 20 caminhões	H	J	M
	> 20 caminhões	M	N	P

Centrais de Resíduos e afins (Grupo 4.6)	PORTE	Classe do Resíduo		
		Classe III	Classe II	Classe I
	≤ 10 ton/dia.	F	H	J
	> 10 e ≤ 30 ton/dia.	H	J	M
	> 30 ton/dia.	M	N	O

5. Empreendimentos ou Atividades de Armazenamento ou Transporte de Substâncias Perigosas¹³

Depósitos de Produtos Químicos (Grupo 5.1)	PORTE	Potencial Poluidor		
		Pequeno	Médio	Grande
	Micro	E	F	G
	Pequeno	G	H	I
	Médio	I	J	L
	Grande	L	M	N
	Excepcional	N	O	P

Terminais de Carga e Descarga de Produtos Químicos (Grupo 5.2)	Área Total Construída (m²)		
	≤ 1000	> 1000 e ≤ 5000	> 5000
	L	N	P

Sistemas de Transporte por Dutos (Grupo 5.3)	Características da Linha (Tipo e Comprimento - Km)		
	Ramal	Principal ≤ 50	Principal > 50
	J	M	O

Centrais de Distribuição de Combustíveis (Grupo 5.4)	Área Total Construída (m²)		
	≤ 1000	> 1000 e ≤ 5000	> 5000
	J	M	O

¹³ Baseado no Código Marítimo Internacional de Mercadorias Perigosas (Volumes 1 a IV), elaborados e publicados pela Organização Consultiva Marítimo Intergovernamental - OCMI, que adota a seguinte classificação:

- CLASSE 1 Explosivos
- CLASSE 2 Gases comprimidos, liquefeitos ou dissolvidos sob pressão
- CLASSE 3 Inflamáveis líquidos
- CLASSE 4.1 Inflamáveis sólidos
- CLASSE 4.2 Substâncias sujeitas a combustão espontânea
- CLASSE 4.3 Substâncias que emitem gases inflamáveis quando úmidas
- CLASSE 5.1 Substâncias oxidantes
- CLASSE 5.2 Peróxidos orgânicos
- CLASSE 6.1 Substâncias venenosas (tóxicas)
- CLASSE 6.2 Substâncias infecciosas
- CLASSE 7 Substâncias radioativas
- CLASSE 8 Substâncias corrosivas
- CLASSE 9 Substâncias perigosas diversas

Transporte de combustível em geral (Grupo 5.5)	Número de Veículos		
	≤ 5	> 5 e ≤ 10	> 10
	G	H	I

Outros Afins (Grupo 5.6)	Área Total Construída (m²)		
	≤ 1000	> 1000 e ≤ 5000	> 5000
	J	M	O

6. Empreendimentos Imobiliários

Conjuntos Habitacionais (Grupo 6.1)	Número de Unidades Habitacionais					
	≤ 10	> 10 e ≤ 30	≤ 50	> 50 e ≤ 100	> 100 e ≤ 200	> 200
	G	H	I	J	L	M

OBS: Para os empreendimentos financiados com recursos de programas sociais do Governo = 0,3 UFRPB por unidade habitacional. - LP
= 0,5 UFRPB por unidade habitacional - LI
= 0,3 UFRPB por unidade habitacional - LO

Obs: Considerando que estes valores não cobrirão os custos dispendidos pela SUDEMA, o município deverá arcar, quando necessário, com as despesas decorrentes de hospedagens, veículos e combustíveis.

Condomínios (Grupo 6.2)	Área do Empreendimento (Ha)				
	≤ 5	> 5 e ≤ 10	> 10 e ≤ 15	> 15 e ≤ 25	> 25
	J	L	M	N	O

Valores Atuais

Loteamento Grupo (6.3)	Nº Lotes - Ud / UFRPB	Nº Lotes - Ud / UFRPB					
		< 96 m²	> 96 e ≤ 120	> 120 e ≤ 360	> 360 e ≤ 500	> 500 e ≤ 1000	> 1000
		LP	LI	LO	LP	LI	LO
		0,15	0,25	0,40	0,75	1,00	2,00
		0,20	0,30	0,45	0,80	1,05	2,05
		0,15	0,25	0,40	0,75	1,00	2,00

Projeto de urbanização (grupo 6.4)	0,04 / UFRPB / m² = LP	0,05 / UFRPB / m² = LI	0,04 / UFRPB / m² = LO
---------------------------------------	------------------------	------------------------	------------------------

Unidade Residencial Unifamiliar (Grupo 6.5)	Área Construída m²				
	≤ 100	> 100 e ≤ 300	> 300 e ≤ 500	> 500 e ≤ 1000	> 1000
	E	F	G	H	I

Outros Afins (Grupo 6.6)	Área Construída m²				
	≤ 250	> 250 e ≤ 500	> 500 e ≤ 1000	> 1000 e ≤ 5000	> 5000
	F	G	H	I	J

7. Obras Civis

Portos (Grupo 7.1)	Classificação		
	Estadual	Nacional	Internacional
	M	N	O

Aeroportos (Grupo 7.2)	Classificação		
	Estadual	Nacional	Internacional
	M	N	O

Atracadouros, Molhes e Marinas (Grupo 7.3)	Capacidade de Atracação (Número de Barcos)			
	≤ 30	> 31 e ≤ 50	> 51 e ≤ 70	> 70
	L	M	N	O

Pontes, Passagens Molhadas, etc (Grupo 7.4)	Comprimento (m)			
	≤ 50	> 50 e ≤ 100	> 100 e ≤ 150	> 150
	G	H	I	J

Canalizações e retificações de cursos d'água (Grupo 7.5)	Comprimento (m)			
	≤ 500	> 500 e ≤ 2000	> 2000 e ≤ 5000	> 5000
	J	L	M	O

Barragens, açudes, diques e outros (Grupo 7.6)	Área Inundada (Ha)				
	≤ 2	> 2 e ≤ 5	> 5 e ≤ 10	> 10 e ≤ 50	> 50
	H	I	J	L	M

Rodovias (Grupo 7.7)	Comprimento da Via (Km)			
	≤ 30	> 30 e ≤ 100	> 100 e ≤ 200	> 200
	J	L	M	P

Ferrovias (Grupo 7.8)	Comprimento da Via (Km)			
	≤ 30	> 30 e ≤ 100	> 100 e ≤ 200	> 200
	J	L	M	P

Hidroviás (Grupo 7.9)	Comprimento da Via (Km)			
	≤ 5	> 5 e ≤ 10	> 10 e ≤ 15	> 15
	J	L	M	N

Metropolitanos (Grupo 7.10)	Comprimento da Via (Km)			
	≤ 5	> 5 e ≤ 10	> 10 e ≤ 15	> 15
	J	L	M	N

Túneis (Grupo 7.11)	Comprimento da Via (Km)			
	≤ 1	> 1 e ≤ 2	> 2 e ≤ 3	> 3
	M	N	O	P

Transposição de Bacias / m linear (grupo 7.12)	= 0.08 / UFRPB - LP = 0.10 / UFRPB - LI = 0.08 / UFRPB - LO
--	---

8. Recursos Hídricos, Saneamento, Energia e outros Serviços Semelhantes.

Projetos de irrigação (Grupo 8.1)	Área Inundada (Ha) / UFR PB				
	≤ 5	> 5 e ≤ 10	> 10 e ≤ 50	> 50 e ≤ 100	> 100
LP	09	18	30	38	90
LI	14	28	55	80	174
LO	09	18	42	64	126

Captação adução e tratamento de águas superficiais (Grupo 8.2)	Vazão m³/hora				
	≤ 15	> 15 e ≤ 40	> 40 e ≤ 150	> 150 e ≤ 300	> 300
	D	E	F	H	L

Captação e tratamento de águas subterrâneas (Grupo 8.3)	Vazão m³/hora			
	≤ 5	> 5 e ≤ 15	> 15 e ≤ 30	> 30
	D	E	F	G

Exploração de Água Mineral (Grupo 8.4)	Vazão litros/dia			
	≤ 5000	> 5000 e ≤ 10000	> 10000 e ≤ 30000	> 30000
	F	G	H	I
	A < 10 há	10 ≤ a < 30	30 ≤ a < 50	> 50
	F	G	H	I

Sistema de Distribuição de Água/ m linear (Grupo 8.5)	LP = 0,008 UFRPB / m LI = 0,010 UFRPB / m LO = 0,008 UFRPB / m
---	--

Usinas Termoeletricas (Grupo 8.7)	MegaWatts		
	LP	LI	LO
	7.0	8.0	7.0

Sistemas de Geração de Energia Eólica (Grupo 8.8)	MegaWatts		
	LP	LI	LO
	< 5 I	> 5 ≤ 10 J	> 10 L

Interceptores, Emissários, Redes de Esgoto - m linear. (Grupo 8.9)	0.018 UFRPB = LP 0.020 UFRPB = LI 0.018 UFRPB = LO
--	--

Sistema de tratamento de esgoto. (grupo 8.10)	Vazão m³ / hora				
	≤ 15	> 15 ≤ 30	> 30 ≤ 100	> 100 ≤ 200	> 250
	G	H	I	J	L

Sistema de tratamento de água. (grupo 8.11)	Vazão m³ / hora				
	≤ 15	> 15 ≤ 30	> 30 ≤ 100	> 100 ≤ 200	> 250
	F	G	H	I	J

9. Empreendimentos ou Atividades Agropecuárias

Piscicultura (Peixes) (Grupo 9.1)	Área Inundada (ha)				
	≤ 1	> 1 e ≤ 3	> 3 e ≤ 5	> 5 e ≤ 10	> 10
	F	G	H	I	J

Miticultura (Mexilhões) e Ostreicultura (Ostras) (Grupo 9.2)	Número de Sementes				
	≤ 500	> 500 e ≤ 1000	> 1000 e ≤ 5000	> 5000 e ≤ 10000	> 10000
	D	E	F	G	H

Ranicultura (Rãs) (Grupo 9.3)	Área (m²)				
	≤ 1000	> 1000 e ≤ 3000	> 3000 e ≤ 5000	> 5000 e ≤ 10000	> 10000
	F	G	H	I	J

Carcinicultura (Camarões) (9.4)	Área do projeto (ha)				
	≤ 10	> 10 ≤ 30	> 30 ≤ 50	> 50 ≤ 100	> 100
	≤ 1 / F	> 10 ≤ 15 / J	N	O	P
	> 1 ≤ 3 / G	> 15 ≤ 20 / L			
	> 3 ≤ 5 / H	> 20 ≤ 30 / M			

Granjas (Aves) (Grupo 9.5)	Número de Cabeças				
	≤ 2000	> 2000 e ≤ 8000	> 8000 e ≤ 20000	> 20000 e ≤ 50000	> 50000
	F	G	H	I	J

Suinicultura (Suínos) (Grupo 9.6)	Número de Cabeças				
	≤ 10	> 10 e ≤ 30	> 30 e ≤ 70	> 70 e ≤ 150	> 150
	I	J	L	M	N

Pecuária (Bovinos e bubalinos) (Grupo 9.7)	Número de Cabeças				
	≤ 100	> 100 e ≤ 200	> 200 e ≤ 500	> 500 e ≤ 1000	> 1000
	G	H	I	J	L

Criação de ovinos, caprinos, eqüinos (Grupo 9.8)	Número de cabeças (ovelhas, cabras e muaras)				
	≤ 50	> 50 e ≤ 100	> 100 e ≤ 200	> 200 e ≤ 500	> 500
	E	F	G	H	I

Outros empreendimentos ou atividades agropecuárias de produção ou transformação (com ou sem irrigação ou drenagem de solo) (Grupo 9.10)	Área (ha)				
	≤ 1	> 1 e ≤ 5	> 5 e ≤ 10	> 10 e ≤ 30	> 30
	F	G	H	I	J

Projeto de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária (Grupo 9.11)	Número de Famílias				
	≤ 25	> 25 e ≤ 50	> 50 e ≤ 100	> 100 e ≤ 200	> 200
	F	G	H	I	J

10. Autorizações

Transporte de substâncias e/ou resíduos perigosos. Ex: combustíveis e outros (Grupo 10.1)	Potencial Poluidor		
	Pequeno	Médio	Grande
Micro	E	F	G
Pequeno	F	G	H
Médio	G	H	I
Grande	I	J	L
Excepcional	L	M	N

Drenagem (Grupo 10.2)	Área Total Drenada (ha)				
	≤ 2	> 2 e ≤ 5	> 5 e ≤ 10	> 10 e ≤ 15	> 15
	H	I	J	L	M

Dragagem, terraplenagem, e desassoreamento (Grupo 10.3)	Volume Material (m³)				
	≤ 1000	> 1000 e ≤ 5000	> 5000 e ≤ 10000	> 10000 e ≤ 50000	> 50000
	G	H	I	M	O

Alterações de sistemas de	Controle ou Disposição de Resíduos Sólidos (Industriais e Hospitalares)			Controle ou Disposição de Resíduos Líquidos Industriais (Efluentes)		
	Massa Total (ton/dia)			Volume Total (m³/dia)		
	≤ 10	> 10 e ≤ 50	> 50	≤ 100	> 100 e ≤ 1000	> 1000

Usinas de Asfalto (Grupo 10.5)	INTERVALO				
	G	H	I	J	L

Obs: A SUDEMA fará o enquadramento no intervalo [G – L], conforme o porte e potencial de poluição ou impacto ambiental correspondente.

Recuperação de áreas degradadas (Grupo 10.6)	Volume Material (m³)					
	Até 1ha	> 1 ≤ 5 ha	> 5 ≤ 10 ha	> 10 ≤ 50 ha	> 50 ≤ 100 ha	> 100 ha
Área de preservação Permanente	7	10	12	15	18	20
Outras Áreas	5	7	10	12	13	15

Veículo de Propaganda (Grupo 10.7)	Potencial Poluidor		
	Pequeno	Médio	Grande
Pequeno com dois eixos sem carroceria	E Até 150 Watts (RMS)		
Médio de 2 a 3 eixos com carroceria		H > 150 a 1000 Watts (RMS)	
Grande maior que 3 eixos com ou sem carroceria			L >1000 Watts (RMS)

Outras atividades de características temporária e eventos diversos. (Grupo 10.8)	Intervalo															
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	

Obs: A SUDEMA fará o enquadramento no intervalo [A – P], conforme o porte e potencial de poluição ou impacto ambiental correspondente.

ANEXO III

Proposta de Preços (UFRPB) para Remuneração da Emissão de Licenças e Autorizações

Intervalo	Licença Prévia	Licença de Instalação	Licença de Operação	Licença de Ampliação ou Alteração	Licença Simplificada ¹⁴	Licença de Instalação e Operação ¹⁵	Autorização
A	4	5	4	4	5		4
B	5	6	5	5	5		5
C	6	7	6	6	5		6
D	7	8	7	7			7
E	8	11	8	8		10	8
F	12	19	14	13		12	13
G	17	25	21	15		15	17
H	21	38	30	17		20	21
I	30	55	42	25			25
J	38	80	64	38		40	30
L	90	174	126	66			48
M	120	234	180	90			54
N	192	360	276	138			60
O	240	474	360	180			66
P	312	612	480	240			72

Observações:

- Os valores acima aplicam-se a empreendimentos ou atividades localizados até 150 Km da sede da SUDEMA em João Pessoa, ou da representação regional mais próxima ao empreendimento ou atividade, caso esta esteja conduzindo o processo de licenciamento.
- Para empreendimentos ou atividades situados entre 151 Km e 300Km os valores acima serão acrescidos de 15% (quinze por cento).
- Para distâncias maiores que 300Km e menores que 450 Km, o acréscimo será de 25% (vinte e cinco por cento).
- Acima de 450Km, o acréscimo será de 35% (trinta e cinco por cento).
- Empreendimentos ou atividades requerendo a Licença de Operação ou de Instalação sem contudo possuírem licenças anteriores, estarão sujeitos à cobrança pela soma das duas ou três licenças, na seguinte forma:
 - Os empreendimentos enquadrados como micro/pequeno porte e potencial de poluição, estarão isentos da cobrança das licenças anteriores.
 - Para as empresas enquadradas como médio porte e médio potencial de poluição será cobrado 50% do valor das licenças anteriores.
 - Para aqueles enquadrados como grande e/ou excepcional porte e/ou potencial de poluição será cobrado 75% do valor das licenças anteriores.
- Para emissão de 2ª via da licença, o requerente deverá pagar o valor correspondente a 1% do valor original da licença ou 0,5 UFRPB, o que for menor.
- A remuneração para emissão de certidões e declarações será de 1(Uma)UFRPB
- Vistorias extras serão cobradas quando:
 - Os procedimentos e vistorias normais não forem suficientes para a emissão de licenças (nova análise do processo).
 - Para aquelas causadas por descumprimento das restrições da licença.
 - Para alteração de razão social, da seguinte forma:
 - Para consultar Prévia a critério da SUDEMA, da seguinte forma:
 - 10% (dez por cento) do valor original da licença, para empreendimentos ou atividades situados até 150 Km da sede da SUDEMA ou representação regional responsável pelo licenciamento;
 - 15% (quinze por cento) do valor original da licença, para empreendimentos ou atividades situado entre 151 Km e 300 Km da sede da SUDEMA ou representação regional responsável pelo licenciamento;
 - 20% (vinte por cento) do valor original da licença para empreendimentos ou atividades situado entre 301 Km e 450 Km da sede da SUDEMA ou representação regional responsável pelo licenciamento;
 - 25% (vinte e cinco por cento) do valor original da licença para empreendimentos ou atividades situados acima de 450 Km da sede da SUDEMA ou representação regional responsável pelo licenciamento.

¹⁴ A Licença Simplificada, no valor de 5 UFRPB, será concedida somente aos empreendimentos ou atividades de porte micro, cujo enquadramento de cobrança de remuneração situe-se exclusivamente nas classes A, B e C.

9. Remuneração da Análise do EIA/RIMA e Audiências Públicas

Nos processos de licenciamento de empreendimentos ou atividades sujeitos a EIA/RIMA, o cálculo da remuneração da análise do EIA/RIMA considerará a distância do empreendimento ou atividade objeto do licenciamento à sede da SUDEMA em João Pessoa, número de técnicos envolvidos e horas técnicas de trabalho total da equipe de análise (considerando as horas com consultas, deslocamentos para visitas técnicas e vistorias). O total de horas técnicas não poderá ser inferior ao mínimo de 100 (cem) horas técnicas.

A remuneração será dada pela fórmula:

$$V = [(D * FCQ * P1) + (NT * THT * FCHT) * P2]$$

Onde:

- V= Valor em UFRPB da remuneração dos serviços
- D = Distância em Km à sede da SUDEMA
- FCQ = Fator custo unitário de quilometragem = 0,08% UFRPB
- P1= Peso atribuído ao fator distância = 2
- NT = Número de técnicos utilizados na análise
- THT = Total de horas necessárias para análise do processo por técnico
- FCHT = Fator custo unitário de hora técnica = 1,50 UFRPB
- P2 = Peso atribuído ao fator análise técnica = 1,50

Todas despesas e custos referentes à realização de audiências públicas serão de inteira e exclusiva responsabilidade do requerente do licenciamento.

10. Publicação

Em cumprimento a Legislação:
 · Lei 6.938 / 81 – parágrafo. 1º, art 10.
 · Res. CONAMA – 006 / 86.
 · Lei Federal – 10.650/03 Inciso I, Art 4º - Publicação no DOE e em local de fácil acesso ao público – listagem e relações.

Com intuito de minimizar os custos e o tempo para procedimentos de abertura e tramitação dos processos a SUDEMA propõe efetuar a publicação no DOE, na Home Page da SUDEMA e no quadro de aviso, a listagem conforme modelo em anexo, cobrando para este serviço o valor de 1,5 UFRPB.

**EDITAL DE DIVULGAÇÃO - Nº ____/2004.
PARA CONHECIMENTO PÚBLICO.**

A superintendência de Administração do Meio Ambiente do Estado da Paraíba SUDEMA, torna a público que recebeu (requerimento) Pedido de Licenciamento Ambiental, conforme descrito abaixo:

LICENÇA PREVIA		
RAZÃO SOCIAL/ NOME DO EMPREENDEDOR	TIPO DE EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Superintendência de Administração do Meio Ambiente do Estado da Paraíba – SUDEMA, torna público que CONCEDEU Licenciamento Ambiental, conforme descrito abaixo:

LICENÇA PRÉVIA		
RAZÃO SOCIAL/ NOME DO EMPREENDEDOR	TIPO DE EMPREENDIMENTO	POTENCIAL POLUIDOR

ANEXO IV

(Equipe responsável pela revisão - SUDEMA)

Maria Madalena Campos Germano – PNMA II
Eloísio Henrique Henriques Dantas - Monitoramento
Aderval Monteiro Valença Dias – PNMA II
Verônica Silva Santos – Monitoramento
Severino Pinho de Souza – CCA
Virgílio Gadelha de Sousa – Monitoramento
Ieure Amaral Rolim – Fiscalização
Maria do Carmo Rodrigues de Medeiros - CCA
Aécio Germano Oliveira –Resíduos Sólidos

ANEXO V

(Relação de Documentos Consultados)

- 1) Termo de Referência 090 MMA - PNMA II - UCE/PB
- 2) Exposição de motivos S/N e Proposta de Deliberação ao Conselho de Proteção Ambiental (COPAM) sobre licenciamento ambiental simplificado
- 3) Procedimentos para licenciamento ambiental simplificado (L.A.S)
- 4) Decreto Estadual N.º 21.119/2000 que dispõe sobre aplicação de sanções administrativas pela SUDEMA e inscrição em dívida ativa de multas devidas à autarquia
- 5) Decreto Estadual N.º 21.120/2000 que regulamenta a Lei Estadual N.º 4.335/81, modificada pela Lei Estadual 6.757/99 que dispõe sobre a prevenção e controle da poluição ambiental, estabelece normas disciplinadoras e dá outras providências
- 6) Diário Oficial do Distrito Federal N.º 216 de 06 de Novembro de 1996, páginas 9092, 9093 e 9094
- 7) Formulários internos da SUDEMA (SELAP): Requerimento de licenciamento, Relação de documentos para obtenção de licenças e roteiros para apresentação de projetos
- 8) Decreto Estadual N.º 22.789 de 06 de Março de 2002 ,que regulamenta o Fundo Estadual de Proteção ao Meio Ambiente – FEPAMA e dá outras providências
- 9) Organograma institucional da SUDEMA
- 10) Decreto Estadual N.º 15.357 de 15 de Junho de 1993, que estabelece padrões de emissões de ruídos e vibrações bem como outros condicionantes ambientais e dá outras providências
- 11) Taxas, operacionalização e licenciamento das fontes sonoras efetivas ou potencialmente poluidoras – NA 113, aprovada na 279ª reunião ordinária de 05 de Dezembro de 2000 DO COPAM, publicada no Diário Oficial da Paraíba em 03 de Janeiro de 2001
- 12) Classificação e Listagem de Atividades Enquadradas Segundo Potencial de Poluição, Tabela IV do SELAP/SUDEMA, aprovada em reunião de 13 de Janeiro de 1988
- 13) Relatório analítico descritivo das ações da SUDEMA, período de Janeiro a Dezembro de 2001
- 14) Deliberação N.º 3.223 aprovada na 293ª reunião ordinária do COPAM, realizada em 07 de Agosto de 2001, que aprova a nova redação da Tabela IV do anexo da Norma Administrativa NA-101, que dispõe sobre a remuneração de análise de projetos para expedição de licenças.
- 15) Deliberação N.º 3.224 aprovada na 293ª reunião ordinária do COPAM, realizada em 07 de Agosto de 2001, que determina encaminhamento ao COPAM de processos de licenciamento classificados como “potencial poluidor alto” do anexo VIII da Lei federal 10165/2000 e Tabela IV da NA-101/SUDEMA/SELAP conjuntamente à relação de atividades constantes do Art. I da referida deliberação
- 16) Decreto N.º 12.360 de 20 de Janeiro de 1988 regulamentando a Lei estadual N.º 4.033, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o regulamento da superintendência de administração do meio ambiente e dos recursos hídricos da Paraíba SUDEMA/PB, e dá outras providências
- 17) Lei N.º 6002 de 29 de Dezembro de 1994 que institui o código florestal do Estado da Paraíba e dá outras providências
- 18) Lei N.º 6757 de 08 de Julho de 1999 que dispõe sobre a transformação da SUDEMA em autarquia, altera a Lei Estadual N.º 4.335/81, e dá outras providências
- 19) Regimento interno do Conselho de Proteção Ambiental da Paraíba (COPAM), aprovado em 07 de Novembro de 1991
- 20) Decreto 13.798 de 26 de Dezembro de 1990 que regulamenta a Lei N.º 4.335/81 que dispõe sobre a prevenção e controle da poluição ambiental, estabelece normas disciplinadoras da espécie e dá outras providências
- 21) Lei Estadual N.º 4.335/81 que dispõe sobre a prevenção e controle da poluição ambiental, estabelece normas disciplinadoras da espécie.
- 22) SOUZA, Maria Lúcia Cardoso de, Manual “Novo licenciamento ambiental passo a passo” Normas e Procedimentos, Centro de Recursos Ambientais da Bahia - CRA-BA, Salvador, Outubro de 2001
- 23) Licenciamento Ambiental Passo a Passo: Normas e Procedimentos, Centro de Recursos Ambientais da Bahia - CRA-BA, Salvador, 2000
- 24) Licenciamento e Fiscalização Ambiental no Estado de Pernambuco: Procedimentos, Companhia Pernambucana do Meio Ambiente – CPRH/GTZ, Recife 2000.